



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVI — N.º 147

SEXTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1971

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 160.^a SESSÃO EM 4 DE NOVEMBRO DE 1971

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Ofício

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo da seguinte proposição:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 30/71 (n.º 48-A/71, na origem), que aprova o texto da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmada em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Requerimento n.º 226/71, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do Editorial intitulado "A Luz que Faltava", publicado em *O Globo* do dia 21-10-71.

Projeto de Resolução n.º 50/71, que autoriza o Estado de Santa Catarina a continuar o pagamento de contratos firmados até 30 de novembro de 1970, mediante aceite de letras de câmbio. (Redação final.)

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 60/71 (n.º 284-B/71, na origem), que autoriza a União a subscrever aumento de capital da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, e dá outras providências. (Redação final.)

2.3 — Requerimento

N.º 237/71, subscrito pelo Sr. Lourival Baptista e outros Senadores, de transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Dois Anos", do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, publicado no *Jornal do Brasil* de 2 do corrente.

2.4 — Discursos do expediente

SENADOR HEITOR DIAS — Justificação do Requerimento n.º 237/71.

SENADORES FILINTO MÜLLER, JOSÉ LINDOSO, HELVÍDIO NUNES, AUGUSTO FRANCO, OSIRES TEIXEIRA, MATTOS LEAO, DANIEL KRIEGER e ADALBERTO SENA — Transcurso do 2.º aniversário do Governo do Presidente Médici.

SENADOR PETRONIO PORTELLA, NA PRESIDÊNCIA — Associa-se às homenagens prestadas ao Presidente Médici.

SENADOR BENJAMIN FARAH — 50.º aniversário de magistério do Professor George Sumner.

SENADOR FRANCO MONTORO — Criação do quadro de servidores da Justiça do Trabalho da comarca de Santo André e criação de junta de conciliação e julgamento na cidade de Mauá.

3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento n.º 222/71, de autoria do Senador Filinto Müller, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Sr. Erick de Carvalho, Presidente da VARIG, perante a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 7 de outubro de 1971, sobre o papel da aviação comercial no turismo. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara n.º 62/71 (n.º 286-B/71, na origem), de autoria do Sr. Presidente da República, que "autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a constituir a sociedade por ações Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, e dá outras providências". **Aprovado, com emenda. A Comissão de Redação.**

— Projeto de Lei do Senado n.º 79/71-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Departamento de Turismo, Procuradoria-Geral e Gabinete do Governador". **Aprovado. A Comissão do Distrito Federal, para a redação final.**

— Projeto de Lei do Senado n.º 79/71-DF, que "estima e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente à Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal". **Aprovado. A Comissão do Distrito Federal, para a redação final.**

— Projeto de Lei do Senado n.º 79/71-DF, que "estima e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

referente à Secretaria de Serviços Sociais, Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Públicos". **Aprovado**, com emenda. A Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

4 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para oferecimento de emendas ao ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 27/71, que aprova as

contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1969.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

6 — Discurso do Sr. Erick de Carvalho, Presidente da VARIG.

7 — Atas das Comissões.

8 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 160.ª SESSÃO

EM 4 DE NOVEMBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Petrólio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Tôrres — Benjamin Farah — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senado-

res. Havendo número regimental, declarou aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1971

(N.º 48-A/71, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmada em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o texto da Convenção sobre Igualdade de Direi-

tos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmada em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 381, DE 1971
(DO PODER EXECUTIVO)

Submete à consideração do Congresso Nacional texto da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmada em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

De conformidade com o disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmada em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

Brasília, em 4 de outubro de 1971.
— **Emílio G. Médici.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 22 de novembro de 1971.

DECE-DAI-316/910.7(88)

A Sua Excelência o Sr. General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici,

Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência, em aditamento às Exposições de Motivos n.º 147, de 17 de maio, e n.º 270, de 23 de agosto do corrente ano, o texto da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, assinada em Brasília, em 8 do corrente.

2. Esse instrumento que virá regulamentar o disposto no art. 199 da Emenda n.º 1 à Constituição Federal brasileira e no art. 7.º, § 3.º, da Constituição Política da República Portuguesa, deverá constituir poderoso estímulo ao fortalecimento da Comunidade Luso-Brasileira.

3. Cumpre assinalar que o texto finalmente convencionado manteve intactos os princípios básicos que informaram o projeto brasileiro aprovado por V. Ex.ª, tais como, por exemplo: os do gozo pelos beneficiários do estatuto de igualdade, da maioria dos direitos reconhecidos aos brasileiros naturalizados, mas não daqueles reservados aos nacionais de origem; do não-reconhecimento da dupla nacionalidade; das limitações decorrentes do respeito à soberania nacional e à ordem pública do Estado de residência; da exigência de capacidade civil, residência permanente e manifestação da vontade como pré-requisitos para o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres; do exercício de direitos políticos somente depois de cinco anos de residência; da não-prestação de serviço militar.

4. Nessas condições, penso que a Convenção em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo e está em condições de lhe ser encaminhada, se Vossa Excelência assim houver por bem, nos termos do artigo 44, I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Mário Gibson Barboza.

CONVENÇÃO SOBRE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES

O Governo da República Federativa do Brasil, de uma parte, e o Governo de Portugal, de outra,

Fiéis aos altos valores históricos, morais, culturais, linguísticos e técnicos que unem os povos brasileiro e português,

Animados do firme propósito de promover o gradual aperfeiçoamento, em todos os planos de suas relações, dos instrumentos e mecanismos destinados a lograr o harmonioso desenvolvimento da Comunidade Luso-Brasileira,

Convencidos de que a efetivação do princípio de igualdade inscrita no artigo 199 da Constituição brasileira e no artigo 7.º, § 3.º, da Constituição portuguesa, corresponde aos mais profundos anseios da Nação Brasileira e da Nação Portuguesa,

Côncios da transcendência, para os destinos comuns das duas Pátrias irmãs, da adoção de um estatuto que reflita o caráter especial dos vínculos existentes entre brasileiros e portugueses e sirva de inspiração e guia às gerações futuras,

Resolveram concluir, em testemunho solene de fraternal e indestrutível amizade, a seguinte Convenção:

ARTIGO I

Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais.

ARTIGO II

O exercício pelos portugueses no Brasil e pelos brasileiros em Portugal de direitos e deveres, na forma do artigo anterior, não implicará em perda das respectivas nacionalidades.

ARTIGO III

Os portugueses e brasileiros abrangidos pelo estatuto de igualdade continuarão no exercício de todos os direitos e deveres inerentes às respectivas nacionalidades, salvo aqueles que ofenderem a soberania nacional e à ordem pública do Estado de residência.

ARTIGO IV

Excetuam-se do regime de equiparação os direitos reservados exclusivamente, pela Constituição de cada um dos Estados, aos que tenham nacionalidade originária.

ARTIGO V

A igualdade de direitos e deveres será reconhecida mediante decisão do Ministério da Justiça, no Brasil, e do Ministério do Interior, em Portugal, aos portugueses e brasileiros que a requeiram, desde que civilmente capazes e com residência permanente.

ARTIGO VI

A igualdade de direitos e deveres extinguir-se-á com a cessação da autorização de permanência no território do Estado ou perda da nacionalidade.

ARTIGO VII

1. O gozo de direitos políticos por portugueses no Brasil e por brasilei-

ros em Portugal só será reconhecido aos que tiverem cinco anos de residência permanente e depende de requerimento à autoridade competente.

2. A igualdade quanto aos direitos políticos não abrange as pessoas que, no Estado da nacionalidade, houverem sido privadas de direitos equivalentes.

3. O gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado da nacionalidade.

ARTIGO VIII

Os portugueses e brasileiros abrangidos pelo estatuto de igualdade ficam sujeitos à lei penal do Estado de residência nas mesmas circunstâncias em que os respectivos nacionais.

ARTIGO IX

Os portugueses e brasileiros que gozam do estatuto de igualdade não estão sujeitos à extradição, salvo se requerida pelo Governo do Estado da nacionalidade.

ARTIGO X

Não poderão prestar serviço militar no Estado de residência os portugueses e brasileiros nas condições do artigo I. A lei interna de cada Estado regulará, para esse efeito, a situação dos respectivos nacionais.

ARTIGO XI

O português ou brasileiro, no gozo da igualdade de direitos e deveres, que se ausentar do território do Estado de residência terá direito à proteção diplomática apenas do Estado da nacionalidade.

ARTIGO XII

Os Governos do Brasil e de Portugal obrigam-se a comunicar reciprocamente, por via diplomática, a aquisição e perda da igualdade de direitos e deveres regulada na presente Convenção.

ARTIGO XIII

Aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal serão fornecidos, para uso interno, documentos de identidade de modelos iguais aos dos respectivos nacionais, com a menção da nacionalidade do portador e referência à presente Convenção.

ARTIGO XIV

Continuarão sujeitos ao regime para eles estabelecido na Constituição e nas Leis do Brasil e de Portugal, respectivamente, os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal, que não se submeterem ao regime previsto na presente Convenção.

ARTIGO XV

Em vigor a presente Convenção, os Estados contratantes adotarão as medidas de ordem legal e administrativa para execução da nela disposto.

ARTIGO XVI

Os Governos do Brasil e de Portugal consultar-se-ão, periodicamente, a fim de examinar e adotar as providências necessárias para melhor e uniforme interpretação e aplicação da presente Convenção, bem como para estabelecer as modificações que julguem convenientes.

ARTIGO XVII

A presente Convenção será ratificada pelos dois países em conformidade com as respectivas disposições constitucionais e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação.

A troca dos instrumentos de ratificação será efetuada em Lisboa.

ARTIGO XVIII

A presente Convenção poderá ser denunciada com antecedência mínima de seis meses, não ficando, porém, prejudicados os direitos dos que foram pela mesma beneficiados durante a respectiva vigência.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados firmaram a presente Convenção e nela apuseram os seus respectivos Selos.

Feito na cidade de Brasília, aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e um, em dois exemplares em língua portuguesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil — **Mário Gibson Barbosa**.

Pelo Governo de Portugal — **Rui Patrício**.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.)

PARECERES

PARECER

N.º 524, de 1971

Da Comissão Diretora

sobre o Requerimento n.º 226, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial intitulado "A Luz que Faltava", publicado em "O Globo", do dia 21-10-71.

Relator: Sr. Renato Franco

Solicita o eminente Senador Vasconcelos Torres, nos termos do artigo 234 do Regimento Interno, seja transcrito, nos Anais do Senado, o editorial "A Luz que Faltava", publicado em O Globo, do dia 21-10-71.

II — O editorial em apêço refere-se à visita que o Presidente Emílio Garrastazu Médici fará aos Estados Unidos, a convite do Governo americano.

Trata-se, realmente, de uma nota jornalística elaborada com muita acuidade política e muita oportunidade, a respeito das possíveis repercussões que terá, para o mundo, em geral, e a América Latina, em particular, essa entrevista, de corpo presente, entre os Presidentes das duas maiores Democracias do Continente.

Uma potência consolidada — Os Estados Unidos, e uma "potência emergente", o Brasil (como o qualifica a notícia), estarão num contato mais íntimo, mais objetivo e mais franco, discutindo problemas fundamentais para a segurança, o desenvolvimento e o resguardo dos valores tradicionais, cristãos e democráticos, das ações americanas.

Certas ocorrências políticas ultimamente verificadas na América do Sul alertaram os latino-americanos, convidando-os a uma tomada de consciência e de posição, de modo a não permitir sejam tragados pela voragem totalitária.

O editorial de O Globo, com habilidade e oportunismo, tece considerações em torno do tema, salientando como a visita de Médici aos Estados Unidos poderá indicar um passo positivo no sentido do reencontro da América consigo própria. Assim, diz a nota, a certa altura: "A importância da visita do Presidente Médici aos Estados Unidos mais se destaca ainda pelo fato de o Brasil revolucionário conceder à América Latina a prioridade que ela precisava ter em momento de transformações político-sociais ao sul do Equador. Aqui, em nossa região do mundo, a "revolução das expectativas" também gera expectativas caóticas a serem resolvidas, satisfatoriamente, pela ação de presença atuante do Brasil. Na América Latina, vontades latinas se afirmam e a vontade brasileira é essencial à vitória do estilo de vida ocidental."

Sim, o estilo de vida democrático — digamos, sem eufemismo — único estilo de vida digno do homem, único que o homem livre aceita, único durável — pois as ditaduras, quaisquer que sejam, começam a morrer no instante mesmo em que nascem — esse estilo de vida certamente sofrerá um influxo favorável depois do encontro Médici-Nixon, pois os dois Chefes de Estado estarão falando em nome de duas potências — a do norte, os Estados Unidos, e aquela que está emergindo irresistivelmente no sul do continente, o Brasil.

III — Em resumo, o editorial de O Globo, intitulado "A Luz que Faltava", constitui uma peça jornalística de alto valor, e o Senado, perpetuando-a em seus Anais, estará contribuindo para fortalecer o sistema democrático no Continente americano, razão por

que opinamos favoravelmente ao Requerimento n.º 226, de 1971.

Sala da Comissão Diretora, em 4 de novembro de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Renato Franco**, Relator — **Carlos Lindenberg** — **Ruy Carneiro** — **Ney Braga** — **Clodomir Milet** — **Guído Mondim**.

PARECER

N.º 525, de 1971

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 50, de 1971.

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 50, de 1971, que autoriza o Estado de Santa Catarina a continuar o pagamento de contratos firmados até 30 de novembro de 1971, mediante aceite de letras de câmbio.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1971. — **Filinto Müller**, Presidente — **José Lindoso**, Relator **Adalberto Sena**.

ANEXO AO PARECER

N.º 525, DE 1971

Redação final do Projeto de Resolução n.º 50, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal, observado o disposto no art. 4.º da Resolução n.º 92, de 1970, aprovou, nos termos do inciso VI do art. 42 da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º , DE 1971

Autoriza o Estado de Santa Catarina a continuar o pagamento de contratos firmados até 30 de novembro de 1970, mediante aceite de letras de câmbio.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É o Estado de Santa Catarina autorizado a continuar o pagamento de contratos firmados até 30 de novembro de 1970, mediante aceite de letras de câmbio, na base de 60% (sessenta por cento) dos seus respectivos valores, até a liquidação integral desses compromissos.

Art. 2.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER

N.º 526, de 1971

Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 60, de 1971 (número 284-B/71, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto

de Lei da Câmara n.º 60, de 1971 (na Casa de origem), que autoriza a União a subscrever aumento de capital da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1971. — Filinto Müller, Presidente — José Lindoso, Relator — Adalberto Sena.

ANEXO AO PARECER

N.º 526, DE 1971

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 60, de 1971 (número 284-B/71, na Casa de origem).

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda n.º 1-CF)

Ao § 2.º do art. 1.º

Dê-se ao § 2.º do art. 1.º a seguinte redação:

“§ 2.º — A integralização do aumento de Capital referido neste artigo será feita em dinheiro, com os recursos da conta especial de depósitos a que se refere o § 2.º do art. 61 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 5.º da Lei n.º 5.710, de 7 de outubro de 1971.”

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente que vem de ser lido será publicado.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 237, de 1971

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeremos a transcrição nos Anais do Senado, do artigo “Dois Anos”, do ilustre Ministro João Paulo dos Reis Velloso, publicado no *Jornal do Brasil*, de 2 do corrente, e fiel retrato de um governo que, pela eficiência e seriedade do seu trabalho, conquistou a confiança, a admiração e o respeito de toda a Nação.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971. — Lourival Baptista — Ruy Santos — Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS (Para justificativa. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: o ilustre Senador Lourival Baptista tomou, ontem, com muita oportunidade, a iniciativa de encaminhar à Mesa requerimento que contou, para logo, com

o apoio do nobre Vice-Líder Senador Ruy Santos e com a minha solidariedade e, sei bem, com a de quantos o lessem, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, do magnífico artigo do talentoso titular do Planejamento e Coordenação Geral, Ministro Reis Velloso, sob o título “Dois Anos”, publicado no *Jornal do Brasil*, de 2 do corrente mês.

Trata-se, Senhor Presidente, de um documento da mais alta importância, em que não há os adjetivos do elogio fácil ou vazio, mas os substantivos que denominam as coisas, e os números que comprovam os fatos. Ali está, como bem assinalou o requerimento do eminente Senador Lourival Baptista, “o fiel retrato de um Governo que, pela eficiência e seriedade do seu trabalho, conquistou a confiança, a admiração e o respeito de toda a Nação”.

O artigo do jovem Ministro, que se tem sabido impor pela eficiência de sua atuação à frente de tão importante pasta, começa por uma afirmação que, com ser verdadeira, traduz bem a imagem de um Governo, visto no seu todo, e evidencia a sensibilidade do grande Presidente Médici que, já no seu primeiro pronunciamento, logo depois de escolhido para suceder ao saudoso General Costa e Silva, deu à Nação, como bem frisou o Senador Ruy Santos, “a medida do que seria”, o que, em outras palavras, se pode dizer que deixou, à vista de todos, a exata dimensão de sua personalidade: “Dois anos de governo Médici — declarou o Ministro Reis Velloso — mudaram o País, material e espiritualmente”.

Os dois advérbios que encerram essa afirmativa completam, em verdade, a moldura da atual administração, que dá continuidade ao programa e aos princípios da Revolução de Março. O primeiro, sem o segundo, seria a simples rotina de um trabalho. O segundo, sem o primeiro, seria a utopia de um sonho.

Assim, o Governo não cuida apenas da riqueza do País. Dedica-se também e, sobretudo, ao fortalecimento da Nação. O país é a terra, é o solo que se confina entre os terminais dos seus limites. A Nação é a Pátria, a alma do povo e, no pensamento lapidar de Rui, é “o céu, o berço dos filhos, o tumulto dos antepassados, a comunhão da língua e da liberdade”. Do país, trata a Geografia. Da Nação, cuida a História. Domina-se um país, mas não se conquista uma Nação, que esta sobrevive no culto de seus filhos, na dedicação de seus chefes, no sacrifício de seus mártires, na visão de seus estadistas, na bravura de seus soldados, no trabalho dos mestres, no idealismo da mocidade, e, até mesmo, na prece dos a quem só resta a oração para manter salvaguardada a dignidade do sentimento. Materialmente, o Governo do Presidente Médici, como

bem retratou o Ministro Reis Velloso, está no Programa de Integração Nacional; no Plano de Educação, na preocupação de, por tão adequado instrumento, fazer dos indivíduos autênticos cidadãos; está na Política Tecnológica Nacional, no Programa das Comunicações e Telecomunicações, encurtando distâncias e aproximando brasileiros; está no PROTERRA; está no Plano Nacional de Habitação, numa Previdência sempre aperfeiçoada; nos programas de cunho social, no sincero desejo de uma sociedade mais justa, de que o PIS e a PASEP são provas evidentes; está nas rodovias que se abrem e se alongam como enormes braços estendidos, levando a presença do progresso e a mensagem de fraternidade nacional; está na PETROBRAS e na Indústria Petroquímica que afirmam a determinação de um Governo de construir a independência econômica do País; está na Transamazônica, onde as clareiras abertas nas selvas são também caminhos de integração nacional; está na consolidação de nosso prestígio no exterior, onde assistimos, não sem grande emoção, à presença de nosso principal estabelecimento de crédito, que, com as transações bancárias mostra o revigoramento de nossas finanças e proporciona a leitura e a repetição constante do nome do Brasil, iniciativa que nasceu da preocupação, como bem assinalou o Ministro Reis Velloso, de preparar “a infra-estrutura no exterior”; está na recuperação econômica do País, o que lhe vale o respeito internacional, já que nenhuma Nação se impõe pelo aviltamento de sua moeda, ou pelas mazelas da inflação.

Mas, ao lado de tudo isso, que são realizações materiais, o alto sentido patriótico, que é sinal da espiritualidade de toda essa tarefa. É, em outras palavras, a construção espiritual da Nação, que se traduz no ânimo que preside todas as iniciativas governamentais e que está correspondido na compreensão que é prova de confiança com que todo o povo enfrenta o sacrifício geral, na certeza da colheita da semente plantada; que se expressa na fé que se acendeu no coração de todos os brasileiros; não na fé irracional, gerada pela possibilidade dos que apenas esperam mas não lutam, mas a fé racional fruto da determinação de um povo e que se tem à vista até nos slogans que que tantos fazem questão de exibir, e, nos quais, não há referências a pessoas, mas inscrições, ungidas de ternura e afeto, com o nome do Brasil. Este o retrato do Movimento Revolucionário que chegou a tempo de, contrariando Chesterton, demonstrar que o homem brasileiro “não perdeu seu endereço”. Esta a fotografia da Revolução de Março de 64, que, no dizer do sempre lembrado Gilberto Amado, “nasceu abraçada com o desenvolvimento. E este será a herança

que ela nos lega. E agora não temos alternativa; ou nos desenvolvemos ou deixamos de ser o que somos". Esta a Revolução que não é apenas irreversível, mas também progressiva. O caminho para o passado está obstruído pela realidade dos fatos, e pelo testemunho da história. O que cumpre é que todos compreendamos que os novos caminhos por ela rasgados são os certos e definitivos. Unam-nos todos para fazê-los mais amplos, transformando-os na larga estrada da grandeza e do prestígio de nossa Pátria. Saibamos viver a realidade do instante que passa, porque, como bem disse alguém, "a história atropelou o século. Um mundo novo bate à nossa porta".

Que Deus continue a inspirar o Presidente Médici para que ele, com a ação do seu trabalho, com a dignidade do seu patriotismo, e com a força da sua personalidade, possa manter-se, como até agora: um estadista à testa do Governo. Um líder à frente da Nação! (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Será submetido à Comissão Diretora o requerimento lido pelo Sr. 1.º-Secretário e justificado da tribuna pelo Sr. Senador Heitor Dias.

Concedo a palavra ao nobre Líder Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER — Sr. Presidente, no dia 30, completou-se o segundo aniversário do Governo do General Emílio Médici. Para ser mais preciso, completaram-se dois anos desde o dia em que Sua Excelência foi forçado a assumir a Presidência da República — forçado pelas contingências e forçado, sobretudo, pelo seu alto espírito de patriotismo.

Nós todos temos, bem nítido na memória, o quadro vivido pelo Brasil, de angústia, de preocupações, nos meses de setembro e outubro de há dois anos atrás. Em meio a essas preocupações, em meio a essas angústias, surgiu a indicação do nome do General Emílio Médici para Presidente da República.

Em sua primeira manifestação, pelo rádio, dirigindo-se ao povo brasileiro, Sua Excelência conquistou, desde logo, generalizada simpatia. E os primeiros atos de sua administração foram transformando aquela simpatia em confiança. A expectativa se transformou em entusiasmo pela realidade que surgia. E, pouco a pouco, pela sua atuação, pela atuação de seus auxiliares diretos, sob sua pessoal orientação, pouco a pouco, o Brasil foi saindo daquele estado de quase perplexidade em que nos encontrávamos, e tomando o rumo certo de seu desenvolvimento, de seu engrandecimento.

Sr. Presidente, dois anos já se passaram, do terceiro governo da Revolução. Neste período de tempo, já po-

demos avaliar e muito bem, tudo quanto foi feito. Podemos avaliar todos os resultados colhidos, resultados de um esforço consciente, de um esforço certo em prol do Brasil.

Para o êxito fabuloso do Governo, que todos testemunhamos, concorreu sem dúvida e em primeiro plano, a ação pessoal do Presidente Médici, o conhecimento dos problemas nacionais, o senso de responsabilidade, a orientação do Presidente da República; concorreu a acolhida e a colaboração do povo brasileiro, que hoje transformou aquela expectativa simpática em absoluta confiança na ação do Chefe do Governo; e igualmente concorreu — não é demais acentuar — a atuação do Congresso Nacional: Senadores e Deputados, sem distinção de cor partidária, sempre procurando servir ao Brasil, para que o Brasil pudesse avançar na senda do progresso.

Assim, Sr. Presidente, à liderança da Maioria pareceu acertado registrar-se nos Anais da Casa a passagem deste segundo aniversário do Governo Médici, porque neste segundo aniversário, como disse, já se pode dar um balanço positivo, absolutamente positivo, das realizações do atual Governo da República que, parafraseando expressão do próprio Presidente, já mudou a face do Brasil.

E convém lembrar, também, Sr. Presidente, que esta é uma obra de continuidade, porque as estruturas foram lançadas pelo primeiro Governo da Revolução, pelo grande Governo do saudoso Marechal Castello Branco (Palmas) e prosseguidas também na obra do Marechal Costa e Silva, que tudo deu, inclusive sua saúde e sua vida, para bem servir ao Brasil. (Palmas.)

Sr. Presidente, a liderança da Maioria entendeu conveniente fazer o registro desta data e destes acontecimentos nos Anais do Senado, através de manifestações rápidas, sucintas, de Senadores que representam globalmente todo o País. Assim é que fez inscrever no livro de oradores, na data de hoje, o nome do Senador José Lindoso, da Amazônia; do Senador Helvídio Nunes, do Nordeste, exatamente do Estado em que tem início a Transamazônica, que é, juntamente com a Cuiabá-Santarém, a maior obra de integração nacional que o Governo vem realizando; do Senador Augusto Franco, do pequeno e grande Estado de Sergipe, como certa vez disse, inaugurando o ramal tronco de telecomunicações com o Nordeste, o próprio Presidente Médici; do Senador Osires Teixeira, pelo Centro-Oeste; do Senador Mattos Leão, pelo Paraná e do Senador Daniel Krieger, que será um gaúcho falando sobre o gaúcho Emílio Médici, que nós todos poderemos um dia chamar de o brasileiro, o gaúcho, o amazônico Emílio Médici.

Assim, Sr. Presidente, para que este registro seja feito, para que a homenagem se processe, eu peço a V. Exa. que dê a palavra aos oradores inscritos, cujos nomes acabo de citar, os quais falarão com a qualidade de líderes da Aliança Renovadora Nacional. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, 1969 chegara. O céu plúmbeo. A incerteza plantada no coração do povo. O Presidente Costa e Silva incapacitado de continuar chefiando o Governo. Os três Ministros Militares, no exercício da Presidência, a braços com a crise política, enfrentavam, também, o agravamento da subversão terrorista, sem que desfalecesse em suas consciências a responsabilidade da defesa dos ideais revolucionários e da perenidade de uma Pátria amante da democracia e da Justiça que é o outro nome da Paz.

A 7 de outubro, o quadro político se definira, enfim. O Alto Comando das Forças Armadas indicara à Nação o candidato à Presidência da República e o General Emílio Garrastazu Médici apresenta a sua primeira Mensagem a todos os brasileiros, indicando rumos, clareando os caminhos já escuros.

Promulga-se a Emenda Constitucional n.º 1, e o Presidente eleito pelo Congresso Nacional assume o Poder a 30 de outubro.

Registra-se, hoje, no Senado da República, numa mensuração de tempo, que o progresso e a ordem ultrapassam em amplitude e significação, o segundo aniversário do Governo do Presidente Médici, transcrito no último sábado, sem festividade, no silêncio de fim de semana do Congresso, mas não olvidado pelo povo agradecido, na tranquilidade dos lares, no olhar da Nação inteira para o infinito, em expressão de prece que são olhares umedecidos de crença e iluminados de fé.

E assim — naquelas horas de sombra que já era quase noite — retomou-se o itinerário de Março de 1964, para superar decisivamente a parada forçada no desvão das desditas históricas, implantando-se, logo, o Governo Emílio Médici.

Pronunciamentos do Presidente oferecem a moldura desse governo, os valores que o dinamizam.

Ouvimos dele, em gesto de grandeza, colimando a paz interna, a recomendação de bíblico sentido:

"Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as

pedras disponíveis para construir o futuro." (1)

E repete, no Natal, dias depois:

"Volto-me para os solidários, para os que têm olhos para chorar, lábios para rezar, braços para encurtar as distâncias e energias para levar às últimas consequências as premissas da brandura; mas também me volto para os hostis, para os que só têm braços para a violência e boca para o vilipêndio; volto-me para os que cegaram os próprios olhos na obstinação de não quererem ver e para os ressecados de todo afeto.

Quisera que meu aceno de Natal chegasse à janela de toda rua, ao mirante de todo morro, ao banco de toda praça, ao átrio de toda crença — a todo sistema, toda convicção, todo ideal — para que pudéssemos colher, na renovação do Mistério de Belém, o milagre de nossa União." (2)

Definindo atitudes de firmeza e doação:

"Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem, a humildade e a união." (3)

Voltando-se para o destino de grandeza do Brasil:

"... não sei, não vejo, não sinto, não aceito, outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição da altivez." (4)

Reafirmando os inarredáveis compromissos com a Revolução de Março de 1964:

"Homem da Revolução, eu a tenho incontestável e creio no impeto renovador e inovador de suas ideias. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista." (5)

Temos nesses rápidos lampejos, nesses fragmentos do ideário do Chefe do Governo que então se instalava, a síntese inspiradora desses dois anos de Administração.

E o país, de norte a sul, de leste a oeste, no decurso do biênio, sentiu a presença desse Governo, em ação fecunda, através de sua preocupação de todo instante, de todo minuto, de todos os dias, dos dias cheios de sol ou de chuva, plenos de esperança ou sombreados de problemas graves, com o homem brasileiro, destacadamente com o "homem que ninguém vê, sem face e sem história" (6), mas que ele viu no nordeste, desgraçado pela seca, na Amazônia afogado pelas águas e florestas. Preocupação que se manifesta, em suma, no trabalho pelo Brasil, na construção de uma sociedade justa com "a adoção de medidas pelas quais se venha a distribuir a renda global de modo mais equâni-

me, a fim de que todas as camadas da população sejam beneficiadas pelo aumento da riqueza comum". (7)

E em plenejadas a êsmo, movidos simplesmente pela evocação, sem o jôgo das expressões estatísticas, mas com sentimento, estamos a debuxar um painel — em nome da liderança do nosso Partido — sobre o Governo Médici, ao ensejo desse segundo ano de suas atividades, despreocupados porque vozes outras, também da Aliança Renovadora Nacional, mais autorizadas, por certo, irão compor o quadro, na harmonia de cores e nitidez dos traços, ao participarem desta sessão, a que conferimos importância de ato público de reconhecimento dos indelévels serviços que esse Governo vem prestando ao País.

O setor educacional, nos Orçamentos, tem sido objeto da mais cuidadosa atenção. Não só o MOBRAF, já quase vitorioso, mas, a reforma do ensino de 1.º e 2.º graus, a consecução da reforma universitária, o aumento de matrículas, a melhoria e acréscimo de instalações escolares, o estabelecimento de níveis mais altos de remuneração de docentes, com tempo integral; o programa do livro e do material didáticos, ao lado dos investimentos substanciais para a execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, revelam a decisão do Governo em romper as amarras do atraso e libertar a Nação do pauperismo, do subdesenvolvimento.

No campo dos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais e do funcionário público, sem o fulgor dos espetáculos pirotécnicos da demagogia de antanho, constatamos a política salarial que busca ser justa em face da inflação, o Plano de Integração Social do trabalhador urbano, o PRORURAL para assistir o camponês: os esforços em busca da eficiência da Previdência Social; o sistema financeiro habitacional, as medidas para o efetivo funcionamento da Central de Medicamentos, o Programa de Bolsa de Estudo para o filho do trabalhador, o Plano de valorização do Sindicato. E o Presidente, em São Paulo, em janeiro do ano passado, ao "falar ao povo a linguagem que o povo entende, a linguagem de homens na praça" (8), afirmava:

"Este homem não pode acenar ao povo o dinheiro que não pode dar. Este homem não pode acenar ao povo a promessa fácil que não pode resgatar.

Mas este homem quer dizer ao povo que a solidariedade do Governo ao trabalhador não é só aumento de salário. A solidariedade ao homem do povo, deste homem, deste Governo, é casa, é alimenta-

ção, é remédio, é livro, é recreação, é previdência social e é justiça também." (9)

Só defendendo e fortalecendo o homem brasileiro, poderemos, consequentemente, construir a Nação livre e forte, para cumprir, no Universo, a sua vocação de Paz e de Justiça.

Portanto, ao lado dos programas e projetos dedicados, de imediato, ao homem, o Presidente Médici, concomitantemente, desenvolveu, nesses dois anos, ação extraordinária no sentido de dar dimensões de potência a este País.

O Plano de Integração Nacional, para alcançar a integração física e econômica, e ocupar os espaços vazios, empolga o Brasil, configurado que está, principalmente, no sistema rodoviário, a Cuiabá—Santarém, a Brasília—Manaus. E nervo e vida do PIN o notável sistema de telecomunicações que cobre o corpo imenso do País.

É a marcha para o interior ao lado da modernização da agricultura, com elevação da renda e diversificação de nossa pauta de produção, da implantação da justiça no meio rural, com o PROTERRA, pois o Presidente crê, luta e decide-se pela "humanização dos severinos do campo" (10). É a exploração do subsolo com aproveitamento e comercialização das riquezas minerais.

Inaugura-se ousada política e de transporte marítimo, na aceitação do desafio do mar. A nossa bandeira drapeja, já, agora, não só nos arroubos do poeta, mas nos barcos construídos no Brasil, velejando com nossas mercadorias para a conquista de mercados para nossa crescente exportação.

"A meta essencial de meu Governo — assinalou o Presidente, no Palácio Itamaraty, ao traçar normas inspiradoras para nossa Diplomacia — pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa, no século XX, o que a independência política representou no século XIX (11)."

País em que o futuro já é, hoje, consciente de suas potencialidades, da sua base física, dos seus quase 100 milhões de habitantes, na preservação de seu patrimônio e na afirmação de sua soberania, decreta o mar territorial de 200 milhas, cria a indústria aeronáutica, impulsiona a siderurgia e ingressa na exploração da energia nuclear para paz, opondo-se, nesse setor, pelo esforço próprio, ao veto monopolista dos Grandes.

Senhor Presidente. Senhores Senadores, os dois anos de Governo do Pre-

sidente Médici representam a continuidade do sistema triunfante com a Revolução de Março de 1964. Muito do que se está colhendo, foi plantado por Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, e isto enaltece o Presidente pela fidelidade aos seus grandes companheiros que já penetraram no pórtico da História. Como continuador da tarefa ingente de fazer Brasil grande, confere à mesma, dimensões inéditas, imprime-lhe o caráter de sua personalidade singular, empresta-lhe o selo de sua visão de múltiplos horizontes.

O Presidente Médici se empenhou e se empenha na construção de uma sociedade aberta. Saneando os charcos da corrupção, eliminando os focos da subversão, dominando as sortidas da inflação, reorganizando a vida partidária, estruturando o sistema de segurança nacional, cria condições para o estabelecimento, através do desenvolvimento e da equitativa distribuição da renda, da Democracia política e da Liberdade.

Na Escola Superior de Guerra, na Guanabara, assegurava o direito que todo brasileiro tem de fazer oposição ao Governo porque ela é imprescindível ao bom funcionamento do regime. Repelindo os atos de violência e de perturbação da ordem, sentenciava que "o caminho da liberdade é o caminho da lei" (12), alertando a todos, por fim, sobre a profundidade da missão renovadora e inovadora de março de 1964:

"O Estado Revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica, capazes de promover a integração de todos os brasileiros aos níveis mínimos de bem-estar." (13)

Certa vez, o Presidente Emílio Médici, em Convenção Nacional da Aliança Renovadora Nacional, advertia de que o fato dele ingressar no Partido não queria dizer que, tão logo investido na Presidência, já se dispusesse a trocar a firmeza do capitão pela habilidade do Chefe Político. (14)

A experiência desses dois anos ensinou ao Presidente, por certo, que o político há de ter a firmeza do capitão, a sensibilidade no trato da problemática humana, a perspicácia aliada à audácia do soldado, do marinheiro ou do aviador, para superar obstáculos nas caminhadas por terra, por mar, e pelas estradas do céu, e a habilidade do mercador, no diálogo, para vender idéias, a generosidade do sacerdote para perdoar e para abastecer a todos de otimismo e esperança. O Político que reúne essas virtudes, na personalidade tranqüila do Chefe, ultrapassa a crônica de sua geração, projeta-se, porque servindo ao povo, enobrecendo a Pátria, in-

fluencia os destinos da sociedade. Não é só um político, é um líder, é um estadista. Nasce como sol, tem luz própria e caminhos definidos no mundo. Identifica-se com a Pátria, através dos sofrimentos, das angústias, das esperanças e dos anseios de seu povo.

Em regra geral, só a História o retratará, em toda a sua grandeza. Mas, os contemporâneos já antevêm nos gestos, nas realizações, na perspectiva do tempo que passa e do tempo que chega, a sua luminosa predestinação.

E eis que ao meio da viagem de um quadriênio, o Presidente Médici revela-se, assim, não só o capitão, não só o político, mas o líder nacional, na interpretação das aspirações dos moços, dos trabalhadores, dos homens e das mulheres deste país-continente, e se firma na categoria de Estadista ao lançar o País, nesta hora, que nos rejubilamos com as comemorações sesquicentenárias da Independência, na esteira dos séculos para os seus largos destinos de nação líder. **Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

BIBLIOGRAFIA (citações no discurso do Sr. Senador José Lindoso).

1 — Mensagem de 7-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 14, Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

2 — Mensagem divulgada pela Secretaria de Imprensa, em 23-12-1969, no "O Jogo da Verdade" — páginas 71.

3 — Discurso de Posse, pronunciado em 30-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 31.

4 — Discurso de Posse, pronunciado em 30-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 32.

5 — Discurso de Posse, pronunciado em 30-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 35.

6 — Discurso de Posse, pronunciado em 30-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 32.

7 — Primeiras Diretrizes traçadas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici a seus Ministros de Estado, em "O Jogo da Verdade" — páginas 85.

8 — Discurso pronunciado no dia 25-1-1970, no 416.º aniversário de fundação da cidade de São Paulo, em "Nova Consciência do Brasil" — páginas 19.

9 — Idem — páginas 20.

10 — Discurso de posse pronunciado em 30-10-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 36.

11 — Discurso proferido no Palácio Itamaraty, em 20-4-70, em "A Verdadeira Paz" — páginas 29.

12 — Aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra, na Gua-

nabara, a 10-3-70, em "Nova Consciência do Brasil" — páginas 74.

13 — Idem — páginas 74.

14 — Discurso pronunciado na Convenção da ARENA, em 20-11-69, em "O Jogo da Verdade" — páginas 42.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, abandono, hoje, a linguagem monótona dos números e a algidez das leis, que sempre marcaram os meus pronunciamentos nesta Casa, para tentar, na amenidade do tema, outra maneira de expressão, em que tudo pode faltar, menos a autenticidade.

Profunda e telúricamente ligado ao Nordeste, a aridez da terra muita vez se confundindo com a do homem, na formação da paisagem regional, a minha linguagem seria a exteriorização dos que vivem combalidos pelo secular sofrimento, pela miséria e pela pobreza, mas que, por serem espiritualistas, não perderam a fé em Deus, por crerem nas instituições, não chegaram à desesperança, por acreditarem nos semelhantes, jamais deixaram de ter confiança na grandeza deste País.

O passado. Quantas recordações agradáveis, quantas alegrias, quantos momentos de felicidade, na esteira dos sentimentos, encerra o passado. Mas, também, quantas lembranças amargas, quantas revoltas contra a estagnação, o abandono, o descaso, a insensibilidade.

E se falo do passado longínquo, faço-o, por igual, do relativamente próximo, pois que ambos são o mesmo tempo, tempo de atraso, de esquecimento e de dificuldades.

Hoje, entretanto, Senhor Presidente e Senhores Senadores, eu lhes quero falar é do presente, projetado nas perspectivas do futuro.

Este é o momento em que o brasileiro mais simples vai falar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República — General Emílio Garrastazu Médici —, no momento em que o Senado Federal comemora o segundo aniversário de sua administração.

É o momento, pois, do Nordeste. Do sertanejo valente e castigado, do caboclo arrojado, na seca causticante como nos invernos alagadiços, do jagadeiro cearense escrevendo lendas na literatura nacional, do paraibano — o soldado de tantas lutas civis — do piauiense sofrido dos vales do Parnaíba, dos garimpos de Gilbués e dos contrafortes da serra da Ibiapaba, do pernambucano das várzeas canavieiras, dos cerrados e dos brejos ensolarados, dos maranhenses da Amazônia e da faixa ocidental, do potiguar das salinas e dos tabuleiros, do alagoano

viril, do "ninho das águilas" sergipano, da Bahia de Todos os Santos, do nordestino de todos os quadrantes.

Do homem desse Nordeste que o Presidente Médici, não faz muito, foi ver de perto, apertar-lhe a mão calosa, para conhecer melhor a terra e o povo, e de lá trouxe tantas visões amargas e a repercussão de tantos dramas, que a sua comção extrapolou os limites da sufocação interior, para se derramar, pelo Brasil inteiro, numa das mais pujantes e pungentes mensagens de solidariedade nacional de que tem notícia a nossa história.

Do homem desse Nordeste que o Presidente Médici já varou tantas vezes e em tantas direções, e que decidiu, como obra da Revolução, integrar definitivamente no contexto nacional, com as cores da esperança que começam a brotar dos seus campos, em breve todos fertilizados, irrigados e semeados.

E como arauto desse homem simples, falo a linguagem que melhor se aproxima do seu entendimento, que é a da espontaneidade, desnudada de formalismo, retirando dos motivos regionais as palavras que retratem a gleba exótica, onde vive esse povo robusto, hoje tão agradecido ao seu Presidente, quanto com ele identificado nos propósitos e na ação.

No momento em que o Senado Federal presta merecidas homenagens ao Chefe da Nação, é impositivo que, assim, o Nordeste também fale, para exaltar a obra perene de construção nacional, que agora se consolida e agradecer o abraço amigo que o envolvem, convocando milhões de filhos que se deixavam esquecidos, usufrutuários que eram, apenas, do quinhão de enteado no grande banquete da grandeza nacional.

E para falar, agora e aqui, como Nordeste, chamo a verdade para falar comigo, e dizer ao Governo do reconhecimento que lhe tributa por essa notável obra de civilização que está construindo, obra, sobretudo, de afirmação da unidade brasileira, ainda hoje inconquistada em razão dos desníveis históricos e seculares que se criaram entre as diferentes regiões, por força de privilégios governamentais que quase se eternizavam, as mais das vezes pelo silêncio, pela inação, pela omissão.

E a verdade dirá que o Nordeste também viu o Presidente Médici quando ali foi para vê-lo, e no instante da grande comunicação, da permuta que se estabeleceu entre a atitude do Governo, que perscrutava, e do governado que se deixava ver, desconfiado, a princípio, reconheceu o aliado fiel e dedicado que então se enajava na sua luta e pela sua redenção.

E dirá mais que ali, então, se estabeleceu definitivamente o grande pac-

to, mais que de sangue, de confiança, mais que de esperanças, de crenças. O Governo, que tinha e levava além de uma mensagem comovente a ação corajosa, encontrou campo fértil para os seus chamamentos à participação.

E, de pronto, vieram as respostas.

Para o faminto "que morria de fome na terra de Canaã", surgiram as frentes de serviços, que constituíram obras e salvaram vidas, estradas, abrindo novos caminhos de penetração; pontes — ligando terras separadas; açudes — recolhendo a água dadivosa e distribuindo, na terra crestada, as essências da vida vegetal necessárias à sobrevivência das gerações que estavam condenadas.

E o Nordeste embevecido contemplou o painel: retirantes parando para esperar o milagre e ficando na terra, que não se despovoou como dantes, mas fortaleceu-se ainda mais, espalhando mais seiva nas raízes fincadas nas entranhas da terra.

E depois, foi o milagre mesmo: sobre a terra, choveram as bênçãos de uma era nova, trazendo fertilidade na ação, que já não se corrompe e nem se subverte.

O Nordeste se une agora com as rodovias que aproximam os espaços vitais, agregando os homens dispersos na comunicação da cultura; o Nordeste presencia e participa da epopeia da Transamazônica; o Nordeste ouve agora a voz do irmão de lá e de todas as partes, pelos roteiros traçados no espaço através das microondas; o Nordeste ouve o apito das usinas, que aproveitam os frutos da terra e geram riquezas para o homem que já se desiludia; o Nordeste analfabeto lê agora nas cartilhas do MOBRAL, e aprende que existe e vai edificar consciente, participando, o futuro dos seus filhos e dos filhos dos seus filhos; o Nordeste, agora, cheio de luz, que acende nas suas noites escuras estrelas de progresso, acionando máquinas, gerando energias, produzindo, abrindo, na mente do homem rude, novas clareiras de entendimento e de saber; Nordeste da SUDENE, que lhe deu consciência do planejamento e a consciência do seu valor; Nordeste de turismo, descobrindo aos olhos do mundo os encantos inimitáveis de seus panoramas e o mistério sempre fascinante dos seus mitos; Nordeste de praias luxuriantes que se engalanam festivas para receber visitantes; Nordeste que será redimido com os Programas de Integração Nacional, de Assistência ao Trabalhador Rural e de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria; o Nordeste integrado no Sistema Financeiro de Habitação, agora mais humanizado; o Nordeste, arrancando petróleo e outros ouros de todas as cores.

Agora, começa a despontar outro Nordeste. O Nordeste que o Governo

está construindo com seriedade e operosidade, livre dos fantasmas da desordem e da subversão, das ligas camponesas que nada construíram e dos falsos líderes que nenhuma mensagem deixaram para o futuro, senão a lembrança desonrosa da era trágica que queriam edificar sem consequências.

O mesmo Nordeste, onde campearam os cabras de Lampião e os fanáticos de Antônio Conselheiro, o Nordeste da fé do Padre Cicero, o Nordeste que tem passado lutas pela independência, ergue-se neste momento para, lembrando que ainda há de se fazer muito, aplaudir o Presidente Médici, abstraído do elogio fácil, e bem consciente dizer-lhe que, por todos os títulos, é merecedor do apreço e da admiração do povo brasileiro.

O Nordeste, que caminha para ser igual ao Brasil, e o será sem dúvida, mercê da pertinácia de seu Governo e dos seus programas efetivamente realistas, participa das homenagens que o Senado Federal hoje presta ao ensejo da segunda data aniversária da atual administração.

O Nordestino, o homem simples daquelas plagas tem uma coisa no coração que dificilmente se pode imitar: a sinceridade dos seus afetos, leais, profundamente arraigados, que não se apagam, que guardam as dimensões da eternidade. E eu gostaria que o Presidente Médici recebesse essas palmas, certo de que o Nordeste que está trazendo ao seio da Pátria o tem guardado no seio da terra e no coração do seu povo. (Muito bem, Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Franco.

O SR. AUGUSTO FRANCO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, a rotina da mecânica parlamentar subestima, às vezes, os atos e decisões do próprio Congresso Nacional. O paradoxo, inerente, de certo modo, à processualística legislativa, encontra, contudo, na consciência dos parlamentares a reação necessária à valorização do seu poder historicamente definido e decisivo. Outra não é a análise, diferente não deve ser a conclusão na hora em que as duas Casas do Congresso aprovam, por inspiração do Presidente Médici, o Plano Nacional de Desenvolvimento. Não se cumpre, na oportunidade, um rito político-regimental, vive-se a síntese institucional de um Executivo ciente, de mãos dadas com um Legislativo consciente do seu papel e destino. A constatação é honrosa para os dois poderes, ingredientes básicos da formulação e execução da

atual filosofia do desenvolvimento nacional. Autônomos e harmônicos em seus propósitos e objetivos, Executivo e Legislativo traçam interdependentes, sem esquematismos rígidos, sem preconceitos estereis, as diretrizes de uma objetiva convivência nacional, os rumos de uma política que tem, sem exagero, a dimensão dos anseios e desafios do próprio mundo contemporâneo. É a maturidade da Nação em marcha, do Brasil que não se isola na sua potencialidade, não alimenta arrogâncias inócuas, não se prostra abúlico, amorfo, indiferente à participação justa e merecida de todas as classes sociais na riqueza e na renda solidária e nacionalmente produzidas.

A fase conjuntural anteriormente vivida, com algumas limitações e perplexidades, retrata, mesmo assim, o ritmo de crescimento que empolgou, em diferentes setores, a nacionalidade. Os 30.421 quilômetros de rodovias pavimentadas, em 1966, alcançam, em 1970, 52.000 quilômetros. A produção de ferro-gusa, lingotes e laminados experimentou substancial aumento entre 1967/1970, nossa siderurgia marchando para ultrapassar, na próxima década, sua atual capacidade de 5.600.000 toneladas anuais. A ELETROBRÁS consolidada, vitoriosa, englobava, já em 1970, 16 empresas subsidiárias e respondia por 34% da potência nacional instalada. A participação da bandeira nacional, na navegação de longo curso, cresceu, igualmente, no período 1967/1970, seja quanto ao volume, seja quanto ao valor dos fretes pagos. Em 1970, o Brasil transportava cerca de 23.300.000 toneladas, correspondente a mais de 250.000.000 de dólares. A indústria automobilística acusava, em 1970, em seus diferentes tipos, 417.066 unidades vendidas. No setor da educação, os 580.120.459 cruzeiros gastos em 1968, transformaram-se, em 1970, em investimentos da ordem de 1.128.075.049 cruzeiros. A produção de petróleo bruto, em 1964, de 5.460.348 metros cúbicos, atinge, em 1969, 10.169.531. As exportações brasileiras, entre 1,2 e 1,5 bilhões de dólares em anos anteriores, em 1970 já era de 2,7 bilhões, estando prevista, em 1971, uma receita da ordem de 3 bilhões de dólares. Em outros setores da vida nacional, domina o mesmo ritmo de crescimento, igual acúmulo quantitativo de riquezas.

Não agora, porém, em que o Presidente Médici, com o aplauso do Senado e da Câmara dos Deputados, desfralda a bandeira da integração nacional, o crescimento adquire, sob nova forma e grandeza, a dimensão de desenvolvimento econômico. Rendas e riquezas acumuladas começam a ser, também, rendas e riquezas distribuídas. O impulso do crescimento já é, nesta altura, processo de desenvolvi-

mento no corrigir desníveis regionais, no projetar o País no mercado internacional, no integrar as populações brasileiras no consumo por elas estimulado e produzido. Reitera-se o crescimento conjuntural em nova, adequada e estrutural política desenvolvimentista. Exemplos desta visualização que é política de Governo e filosofia nacional, é o aproveitamento heróico da Amazônia, o mar de 200 milhas, a desmarginalização econômico-social da região nordestina, a instalação, ora em andamento, do pólo petroquímico do Nordeste. É a política de integração produzindo frutos, melhorando as condições de vida do povo brasileiro, criando, internamente, as condições indispensáveis à maior integração do Brasil na política internacional.

O Plano Nacional de Desenvolvimento é instrumento eficaz da política presidencial prometida e, até então, vitoriosa. Alheio a complexos tolos, despido de sonhos temerários, é rumo certo, diretriz patriótica, perspectiva esperançosa. Ele, certamente, não esgota a potencialidade nacional, não tem a pretensão de ser o ideário definitivo da nossa grandeza continental e internacionalmente possível. É, estrada segura, caminho objetivo no sentido da afirmação nacional. Respondendo, clara e adequadamente, às aspirações de um povo sem odios e ambições, o Plano Nacional de Desenvolvimento, sintonizado com a conjuntura mundial, não silencia nem se omite, tampouco, ante os desafios da difícil e complexa problemática contemporânea.

O Plano Nacional de Desenvolvimento se identifica, em feliz coincidência, com o segundo ano de Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici. Da visão e sensibilidade do Chefe da Nação, surge este instrumento de transformação da sociedade brasileira. É o Brasil pensado e vivido como um todo, preocupação maior do humanismo presidencial. Sensível às desigualdades regionais ainda existentes, a linguagem e a ação do Presidente da República estão dirigidas, desde o início do seu mandato, para a união de todos os brasileiros, união corporificada na política de integração nacional, filosofia de um homem e de um Governo compromissados com o destino e a grandeza deste País em desenvolvimento. O comando do Presidente Médici não é só serenidade harmonizando divergências, o espírito aberto para as reivindicações dos grandes e as esperanças dos humildes, é crença diária, permanente na Pátria comum, sem fronteiras físicas, sem privilégios antipáticos, sem desníveis desagregadores.

A nova conquista da Amazônia, o interesse em transformar o Nordes-

te consumidor em área, também, de produção, são testemunhos da política de união nacional do Chefe da Nação. Em Sergipe, Estado pobre, aflito, o Presidente Médici está, igualmente, presente nas obras que estimula, nos recursos que canaliza, nas aspirações que examina e atende. Tem sido assim desde o momento em que, eleito, assumiu o poder para servir a todos os Estados e classes. Destaco, de modo especial, o apoio do Presidente às atividades petrolíferas em Sergipe, seu empenho em transformar em riquezas os recursos minerais adormecidos, desaproveitados, embaixo da terra. O aproveitamento do potássio, do magnésio, do bromo etc., por ele determinado, abre uma perspectiva luminosa tão sergipana quanto nacional.

No segundo ano de Governo do Presidente Médici, vive um Brasil sem tempo e sem fronteiras no seu humanismo generoso e pacifista. Este, o Presidente da República, retrato e síntese institucional do próprio homem brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, John Fitzgerald Kennedy, indubitavelmente uma das maiores expressões políticas do mundo contemporâneo, inquestionavelmente uma das figuras mais altas do século presente, teve toda a sua vida pontilhada de gestos, ações e palavras, num inconformismo com determinado estado de coisas por este mundo de meu Deus. E a prova de que o inconformismo do eminente Presidente Kennedy era procedente é que, não faz muito, o mundo inteiro ouviu Richard Nixon, desesperado, porque não dizer assustado mesmo, dizer a seu povo, a sua gente, que tem o melhor poder aquisitivo do mundo e que tem à sua disposição todas as grandezas que a tecnologia pode oferecer ao homem. Richard Nixon desesperado clamava aos céus e clama à sua gente que era hora de voltar ao espírito, que não bastava àquela grande nação a imensa riqueza que ela possui, que não bastava àquela imensa nação todo o poderio material de que dispõe.

Kennedy, Sr. Presidente e Srs. Senadores, num dos rasgos de sua genialidade, dissera:

"Há homens que vêem as coisas como elas são e perguntam por que são. Eu vejo as coisas como elas deveriam ser e me pergunto: por que não?"

O Presidente Médici, Sr. Presidente e Srs. Senadores, através dos seus gestos, dos seus atos e de suas ações, foi

além de Kennedy porque criou, neste País, a consciência de que nós não deveremos nos contentar com o Brasil como ele está e que todas as forças vivas da Nação devem lutar para o seu desenvolvimento, para o seu crescimento, para que nós possamos atingir, realmente, a condição de um dos países líderes do mundo.

Criou-se, com o Governo Médici, a consciência do desenvolvimento. Criou-se no empresariado, criou-se no patrão e no empregado, criou-se no operário e no intelectual. Todos, hoje, neste País, estão conscientes de que é preciso trabalhar para a grandeza da Pátria, de que é preciso seguir o exemplo do Presidente da República, seguir o exemplo daqueles homens que conduzem as rédeas da Nação para que nós possamos ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento.

Ouvimos, ainda há pouco, o eminente Senador José Lindoso traçando, por assim dizer, um perfil do que fez o Presidente da República ao longo desses dois anos de Governo que comemoramos neste instante. Ouvimos Helvídio Nunes falando do seu sofrido Nordeste, do seu Nordeste que, sentindo a presença do Presidente da República, pôde ouvir não um belo discurso, não palavras de promessa para o futuro, mas afirmação de mãos rijas, de um homem que não se contentou, nem poderia admitir que as coisas continuassem daquela maneira no Nordeste, para dizer:

"É hora de mudar a face do Nordeste."

É de um homem como esse que comemoramos, Sr. Presidente e Senhores Senadores, o segundo ano de governo.

Ouvimos Augusto Franco falando do seu pequeno grande Sergipe, das riquezas imensas do seu subsolo, do petróleo que jorra constantemente das suas plataformas e da certeza que ele tem, como representante daquele povo, de que este Governo vai aproveitar essa riqueza que é o petróleo, em termos brasileiros, para o desenvolvimento do Brasil.

Todos falaram da sua área. Nós ouviremos, daqui a pouco, essa figura fenomenal que é Daniel Krieger, o formidável Mattos Leão e, quem sabe, tantos outros Senadores.

Mas é preciso. Sr. Presidente, Senhores Senadores, que eu fale da importância do Governo Médici no nosso Centro-Oeste, no nosso Centro-Oeste que é também Brasília e que deixou, com o Governo Médici, de ser simplesmente a glória arquitetônica da engenharia brasileira, deixou de ser o exemplo da genialidade de um Lúcio Costa, para se transformar, realmente, na forja do progresso, na cidade que vai desenvolver todo o Centro-Oeste brasileiro. Pois através

do Plano Nacional do Desenvolvimento S. Ex.^a cria a Região Geo-econômica do Distrito Federal, que propiciará a transformação de Brasília naquela cidade que irá desenvolver todo o Centro-Oeste brasileiro. Já recebeu S. Ex.^a, para satisfação nossa e para satisfação de todos os brasileiros, a comenda de Consolidador de Brasília, na Associação Comercial.

Centro-Oeste, Sr. Presidente, Senhores Senadores, que é também Mato Grosso, o Mato Grosso que recebeu extraordinários benefícios do Governo Médici, o Mato Grosso que recebeu, não faz muito tempo, equipamentos formidáveis para sua universidade, o Mato Grosso da BR-364, que liga aquele grande Estado ao desenvolvido São Paulo; da Cuiabá — Santarém que, partindo de Cuiabá, rasga toda a Amazônia, cruza a Transamazônica e vai dar na cidade de Santarém, criando as condições para a grande ligação com o desenvolvimento do Sul, para a levada de todos os produtos industrializados do Centro-Sul à imensidão da Amazônia; de Urubupungá, da Ilha Solteira, que vai inundar Mato Grosso, Goiás e São Paulo de energia elétrica.

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, Centro-Oeste que é também meu Goiás, Goiás em que o Presidente da República, numa demonstração de que quer mesmo integrar a Amazônia, determinou o integral asfaltamento da Brasília—Belém, dando assim condições evidentes e eficientes da conquista de toda aquela região por rodovia; do desenvolvimento do Sudoeste, através do asfaltamento da Goiânia—Rio Verde—Jataí, da Rio Verde—Itumbalara; da própria Brasília que criou condições de desenvolvimento para o meu Estado; do Banco do Brasil, que tem disseminado inúmeras e inúmeras agências por todo o interior do Estado, dando uma nova estrutura à agricultura, dando novas condições de desenvolvimento ao Estado, através do crédito e possibilitando — por que não dizer? — que Goiás se coloque entre os primeiros Estados da Federação.

Somos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um País feliz, porque temos um Presidente que não vê as coisas como elas são para perguntar por que são, mas que vê as coisas como elas deveriam ser, como viu no Nordeste, como viu na Amazônia, como viu no Centro-Oeste, como viu em todos os rincões da Pátria, criando condições para que o Brasil seja realmente uma das grandes nações do continente, através de planos arrojados como o Plano Nacional de Desenvolvimento, através de ações específicas na agricultura, na indústria, para criar melhores condições e dar um Produto Interno Bruto maior para este País, criando as condições de desenvolvimento, através da educação por um MOBIL, pela ajuda intensiva à

Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, pela remodelação de escolas industriais, pela criação de novas universidades, proporcionando novas condições de vida e de trabalho ao homem que desenvolve este País, criando o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e resolvendo um dos problemas do assalariado neste País.

É bem verdade que, embora sejamos um País continental, embora sejamos ricos potencialmente, temos pobreza, a verdade é que temos atraso, a verdade é que temos subdesenvolvimento, a verdade é que a política salarial do Governo está carente de um reajustamento para que possa o homem de trabalho ter melhores condições de vida.

É preciso que a política do mercado de capitais se ajuste para que alguns não se locupletem e não se enriqueçam da noite para o dia, enquanto que outros perdem o pouco que têm.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia em que comemoramos o segundo aniversário do Governo do Presidente Médici, estamos tranqüilos porque temos um Presidente inconformado com o estado de coisas deste País; temos um Presidente ciente e consciente de que esse Brasil, embora com os atrasos, embora com áreas de pobreza, é, sobretudo, imensamente rico, com um povo capaz de assimilar a pregação que ele fez a toda a Nação.

Nós seremos aquilo que deveremos ser, nós, homens do Governo, legisladores e homens do Executivo, patrões e empregados, homens do trabalho braçal e intelectuais, vamos seguindo o exemplo do Presidente Médici: ver simplesmente as coisas como elas são, e perguntar por que são; sentir esse Brasil como deverá ser — grande, potente, líder continental. Vamos lutar para que isso aconteça, se Deus quiser, na nossa geração, porque nós temos um grande Presidente, temos um grande Líder a quem seguir. E, quando se tem um líder da categoria do Presidente Emílio Garrastazu Médici, é o caso de se perguntar, como perguntou Kennedy: Por que não?

Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a hora do Expediente.

O SR. FILINTO MÜLLER — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Líder, Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dada a importância do assunto que está sendo ventilado e a excepcionalidade da Sessão que estamos realizando, pediria a V. Ex.^a que prorrogasse a hora do Expediente.

Faltam poucos oradores para completar o esquema das inscrições feitas.

Creio que V. Ex.^a, desta maneira, agindo com liberalidade, proporcionará ao Senado completar a homenagem que estamos prestando ao Presidente Emílio Médici, pela passagem do segundo ano de sua administração. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do nobre Líder da Maioria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Está prorrogada a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mattos Leão.

O SR. MATTOS LEÃO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, há momentos tão fecundos na vida de uma Nação que valem por décadas; assim como há décadas que nada significam no tempo senão estagnação, retrocesso e perda de oportunidades históricas.

Houve tempo no Brasil que se dizia que o País só crescia à noite, quando seus governantes dormiam — tais eram as omissões, entraves, desvios e desperdícios que se opunham, nos altos escalões da vida pública, às tendências naturais do desenvolvimento nacional.

Ficou célebre uma frase de Oswaldo Aranha, segundo a qual "o Brasil era um deserto de homens" a se somar a outras, de igual sentido pessimista e desalentador, que se nos afigurava como um gigante deitado eternamente em berço esplêndido, com a única exceção, talvez, do Estado de São Paulo, que seria uma locomotiva a arrastar vinte vagões vazios.

Cansada da pequenez de seus homens e até de suas decantadas grandezas naturais, parecia que a Nação tinha perdido a fé em si mesma e nos altos destinos que a História lhe reservava.

Felizmente, estamos distantes desses tempos derrotistas. O momento que vive, hoje, o Brasil, vale por décadas, graças aos avanços extraordinários que se realizam na vida nacional em função dos impulsos provocados pelos três Governos da Revolução, que souberam colocar-se à altura de seu tempo, como contemporâneos de sua própria época, conscientes dos imperativos irrecuáveis da Nação.

Ao atingir o seu segundo ano de mandato, o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici já se tornou um governo histórico por força das profundas transformações que opera na fisionomia da Nação. Ele representa no poder não só a continuidade da Revolução, mas também a inconfun-

dível personalidade de seu eminente titular, que imprime marca própria nas altas decisões tomadas para acelerar o desenvolvimento e instalar a plenitude do regime democrático.

Como um dos artifices da Revolução, fiel aos seus princípios, o Presidente Médici se alinha pela mesma estatura aos maiores vultos da história pátria e, sob a inspiração dos exemplos por eles deixados, já tem assegurado, pelo muito que já fez, o cognome de Presidente da Justiça Social, do Desenvolvimento e da Integração Nacional.

Não é preciso ser vidente para antever o profundo significado das iniciativas e das realizações que se promovem no curso do atual Governo a fim de mudar concepções, conceitos e estruturas e criar um modelo brasileiro de Nação desenvolvida e madura, integrada em torno de si mesma e na economia mundial.

Essa constatação é tanto mais importante quando se sabe que o terceiro ano do Governo do Presidente Médici, que agora se inicia, vai coincidir com a passagem do Sesquicentário da Independência, que encerra muitos significados.

Será um momento tocante de evocação nacional em torno do acontecimento máximo da nacionalidade e, ao mesmo tempo, de avaliação do grau de maturidade alcançada em relação aos dias agitados e incertos, quando o Brasil rompeu os laços da dependência colonial e nasceu, livre e soberano, para o convívio internacional.

Entre a nossa e aquela primeira geração política, que fez a Revolução da Independência, assumindo perante si mesma e perante o futuro a tarefa gigantesca de construir uma pátria, medeia um período de cento e cinquenta anos, no decorrer do qual o País assistiu à lenta desagregação do mundo colonial e à ardente procura de um regime que se ajustasse à índole e às tendências do primeiro grande País de dimensões verdadeiramente continentais, que conquistava o trópico para a civilização.

Conquista que ainda não se completou e que fez dos imensos espaços vazios um pesadelo e um desafio permanente à própria soberania nacional, ao lado das disparidades regionais e dos desequilíbrios sociais clamorosos, que tem colocado os benefícios da civilização e do progresso como privilégio de minorias afortunadas, enquanto imensas faixas da população permanecem à margem da prosperidade nacional.

Durante longo tempo o contraste e o antagonismo entre as cidades e os sertões, criaram o clima histórico de tensões e as constantes ameaças de explosões que a centralização monárquica, a duras penas, sufocou e a des-

centralização da República precipitou quando as populações sertanejas de Canudos, ao norte e do Contestado, ao sul, se levantaram em desafio às instituições, num protesto surdo que parecia vir de outro mundo, ignorado e bárbaro, a sacudir a Nação.

Rui Barbosa, em discurso hoje clássico, pronunciado no Congresso, imortalizou a grotesca figura do Jeca-Tatu, de Monteiro Lobato, símbolo de milhões de brasileiros do interior, incompreendidos e ridicularizados, vivendo à margem da Nação.

Já, então, não era somente o silêncio dos espaços vazios que causava apreensões gerais, mas o clamor das populações esquecidas, isoladas no interior dos sertões, que um dia poderiam sair da letargia para as soluções violentas de sobrevivência.

Esse foi o Brasil que em 1922 assistiu, alarmado, à passagem do Centenário da Independência e, conscientizado para as insuficiências profundas da Nação, mergulhou no inconformismo cíclico das revoluções tenentistas e dos movimentos armados e malogrados em prol da solução dos magnos problemas nacionais. O que eles queriam não era o Poder, mas um regime duradouro que pudesse despertar o País e tirá-lo do atraso, da miséria e do subdesenvolvimento.

Pois bem, senhores, o Brasil que vai assistir ao Sesquicentário da Independência é muito diferente daquele que assistiu, em revolta, à passagem do primeiro Centenário da Emancipação. A revolução sonhada há cinquenta anos, afinal se tornou uma realidade vitoriosa em 1964. Permitiu que o País encontrasse o seu caminho de redenção, pelo reencontro com seus melhores estadistas, muitos deles tenentistas de 22, identificados com o destino de grandeza que nos legaram os fundadores da nacionalidade, agora restaurada na sua formação cívica e no espírito de missão para o desempenho das grandes tarefas nacionais.

Unida em torno do Presidente Médici, que hoje homenageamos, a Nação irá, no ano vindouro, reverenciar os grandes vultos da Pátria e fazer, então, o grande confronto da Revolução da Independência com a Revolução do Desenvolvimento que, entre si, têm em comum a particularidade de serem revoluções irreversíveis e inelutáveis, por tudo quanto os imperativos da independência e do desenvolvimento envolvem em afirmação nacional de soberania.

Estadista de personalidade forte, dotado de magnetismo pessoal e irradiante simpatia e respeito, com muito de rooseveltiano, o Presidente Médici lembra, realmente, o grande Presidente norte-americano, cuja filosofia estava profundamente enraizada na tradição de seu país e, no curso de seus três mandatos sucessivos, foi o que melhor preparou o caminho para

uma distribuição mais eqüitativa da riqueza. Seus biógrafos reconhecem que um de seus méritos consistiu "no fortalecimento do Poder Executivo e na reafirmação da liderança presidencial, característica de cada período de progresso na história norte-americana".

Ao Presidente Médici coube a missão de comandar a Revolução Brasileira na fase, que ele próprio espera seja de transição, dos amplos e ilimitados poderes para a gradativa plenitude democrática. Nestes dois anos, exerceu o seu mandato praticamente sem fazer uso dos instrumentos excepcionais que estão ao seu alcance, autolimitando-se por vontade própria, sem que isso em nada tenha diminuído, até aqui, a sua incontestável autoridade. Até pelo contrário, ainda mais a fortaleceu, crescendo no respeito e no apreço da Nação, na medida em que tem sabido ir ao encontro de seus reclamos ao equacionar, sem disfarces, pelo jogo da verdade, os problemas básicos prioritários e ao enfrentá-los com soluções e recursos de grande porte e a longo prazo, cujos frutos certamente não colherá no poder.

Ainda que nada mais tivesse feito nestes dois anos — e o mínimo que fez foi elevar a taxa de crescimento a 10% ao ano — bastaria o Programa de Integração Nacional para consagrá-lo aos olhos da Nação.

Será, para sempre, o estadista que se propôs responder ao desafio da desigualdade econômica regional, com um plano gigantesco, já em execução, destinado a contemplar as regiões amazônica, nordestina e centro-oeste do País, com vastos recursos aplicados em projetos de infra-estrutura — irrigação, colonização e eletrificação rural — e de rodovias de longo alcance de penetração, como a fabulosa Transamazônica e a Cuiabá—Santa-rém.

Falando, neste momento, em nome do Centro-Sul, região onde tem sido mais acelerado o desenvolvimento regional, podemos, com absoluta isenção, ressaltar a significação desse Programa notável, inclusive por entendermos que somente uma economia nacional integrada será a garantia de nossa expansão futura, na medida em que o poder de compra se amplie com a incorporação crescente daquelas regiões ao contexto do mercado.

Mas, ao lado daquele Programa, aí está o de Integração Social, destinado a realizar a verdadeira distribuição da renda mediante a constituição — talvez inédita no mundo — do Fundo de Participação do trabalhador nacional nos resultados do progresso econômico, algo mais real e palpável que a chamada participação dos empregados nos lucros das empresas, inexecutável.

Formado com recursos deduzidos do Imposto de Renda das empresas, o que vale dizer, governamentais, e com percentuais sobre o faturamento das empresas, depositados na Caixa Econômica e aplicados em operações no mercado financeiro, o Fundo representa uma economia substancial à disposição dos trabalhadores, com o lucro anualmente rateado entre eles, além dos benefícios específicos em situações de emergência para a melhoria do patrimônio pessoal e familiar.

Em complemento às medidas que objetivam integrar o trabalhador no programa do desenvolvimento, o Governo Médici criou, também, o Programa de Assistência Social e Sindical, que vem ampliar a prestação dos serviços médicos e hospitalares, concede empréstimos financeiros às entidades sindicais, bem como incentivos culturais e recreativos, assistência judiciária, bolsas de estudos etc., de sorte a garantir uma participação mais ampla dos trabalhadores nos resultados do progresso do País. Nesse sentido, o atual Governo foi ainda mais longe, instituindo o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, que estendeu ao campo a assistência médica e a previdência social, para que, mediante uma decisão corajosa, como ressaltou o próprio Presidente Médici, a cidade ajude o campo, como o campo vem ajudando a cidade.

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF —, foi criada em 1967, mas suas atividades tomaram corpo no atual Governo, através da indicação de recursos financeiros especiais. Estão possibilitando a alfabetização em massa, com resultados sem precedentes na história deste País e cujo ambicioso objetivo é acabar, nesta década, com o analfabetismo na faixa de 14 a 34 anos, calculada em quase 7 milhões de brasileiros.

A decisão de ampliar o chamado mar territorial até o limite de 200 milhas foi, talvez, um dos maiores atos do Governo, destinado a prevalecer em toda a América Latina não só como fator político de segurança, mas como preservação de fonte de riqueza, antes sujeita à depredação por pesqueiros estrangeiros.

Nesta enumeração sucinta não poderia faltar uma alusão ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que define, em sentido global, a estratégia do desenvolvimento brasileiro, assentado na experiência de crescimento e transformação efetuada a partir de 1964. Além de manter o Brasil na lista dos 10 países de maior nível global do Produto Interno Bruto, no mundo ocidental, o Plano Nacional de Desenvolvimento pretende fazê-lo passar, também, da posição de nono colocado a de oitavo nessa categoria o que, sem dúvida, nos assegura uma projeção invejável na comunidade internacional, compatível

com a importância continental do País cuja voz começa a ser ouvida e acolhida com a respeitabilidade de Nação adulta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta homenagem ao segundo ano de Governo do grande Presidente Médici talvez a maior justiça que possamos fazer-lhe será o de apontá-lo como o estadista que melhor personificou o tipo de Estado que o Brasil precisa e encontrou, segundo a definição de um sociólogo patricio:

"O Estado, entre nós — disse ele — não precisa e não deve ser despótico; o despotismo condiz mal com a docura do nosso gênio — mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas."

Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, há dois anos, entre apreensões e esperanças do povo, que é o solo vivo da Pátria, assumia a Presidência da República o General Emilio Garrastazu Médici.

As apreensões decorriam da situação do País, não só ameaçado pela subversão, exteriorizada em atentados terroristas como, também, do processo singular da escolha do Presidente e da soma de poderes de que este seria revestido.

As esperanças surgiram com a mensagem que o designado dirigiu, em 7 de outubro, à Nação, enunciando seus propósitos. A linguagem serena, impregnada de emoção, e construtiva, traduzia o caráter — virtude dos tempos difíceis — do homem indicado para dirigir os destinos do Brasil.

O seu discurso de posse teve a magia de desfazer as apreensões que ainda subsistiam e transformar as nascentes esperanças em certeza moral.

Toda a Nação, através da palavra do Presidente, sentiu que se abriam perspectivas de segurança, de desenvolvimento, de integração, de bem-estar social e de volta à plenitude democrática.

"A palavra do General Emilio Garrastazu Médici — registrou o "Correio da Manhã" — não reimplantou apenas a confiança num Governo que se iniciará determinado a abrir novo ciclo histórico para nossa Pátria. Restaurou, sobretudo, em cada brasileiro, a confiança em si mesmo."

O editorial invocado, um de muitos, representou uma síntese do pensamento e do sentimento nacionais.

Transcorridos dois anos, assiste a Nação à transformação de promessas em realidades, pela ação equilibrada, tenaz, enérgica e esclarecida do ilustre Presidente. Para a realização desse programa se deu o Chefe da Nação, integralmente, convicto de que seu sucesso era certo, pois nunca o enganaram os presságios do vento de nossa terra e de nossa gente.

Dessas realizações se ocuparam os oradores designados pelo Senador Flinto Müller, Líder da ARENA. A mim, que também fui alvo da sua distinção e que falo em último lugar, me cabe, apenas, considerações de ordem geral.

Deter-me-ei, portanto, em analisar os principais objetivos que se propôs o Presidente, em seu memorável discurso de posse: ordem, soberania, integração social e territorial, desenvolvimento e retorno à plenitude democrática.

A ordem foi mantida com eficiência. A subversão terrorista decresce, pela contínua e coordenada repressão das autoridades e pela falta de adesão popular. O Brasil representa, hoje, um oásis de segurança e de trabalho.

A soberania da Nação, afirma Brand, "é um direito superior a todos os outros; é o direito de uma coletividade nacional de viver na sua independência e na sua altivez". A conduta do Governo, constante, coerente e desassombrada, tem feito valer esse direito. O Brasil de hoje recebe o tratamento internacional que merece, pela sua grandeza territorial e espiritual, pelo seu desenvolvimento e pela posição adotada em sua política externa. A nossa diplomacia, no seu trabalho de esclarecimento, invalidou a assertiva de Chesterton de que "uma Nação só é conhecida no estrangeiro pelo seu lado mau".

A integração territorial está sendo amplamente realizada pela construção de rodovias e ferrovias, pela expansão de nossa frota, pelo aparelhamento de nossos portos, pelo desenvolvimento da aviação — que conta hoje, entre outros fatores de grandeza, com aviões construídos no Brasil — e pela assistência a regiões que não atingiram ainda o estágio de progresso exigido pelas necessidades de suas populações.

O bem-estar social acentuou-se com a ação do atual Governo que efetuou, com uma fórmula que elimina as causas de conflito, a participação dos trabalhadores, não no lucro, mas no faturamento das empresas e na receita da União. Facilitou, com o mesmo objetivo, a aquisição da casa própria, suprimindo uma série de obstáculos que a prática tornara evidentes. No mesmo sentido de amparo social outras medidas foram adotadas. Tudo foi feito sem necessidade de violência, embora esta, muita vez, se torne inevitável. "Infelizmente, diz Eliot, existem momentos onde a violência

é a única maneira de assegurar a justiça social."

O desenvolvimento expressa-se no crescimento do Produto Nacional Bruto. O alto índice alcançado constitui uma dessas verdades insuscetíveis de contestação.

Resta, pois, somente, um dos itens da síntese esquemática que fizemos dos propósitos do Governo, integrados em seu discurso de posse e outros pronunciamentos: o retorno à plenitude democrática.

"Dêse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso País e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa da Nação, exigindo a colaboração de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais."

"Pretendendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nosso País, quero deixar bem claro que o alcance desse objetivo depende mais dos militantes da política partidária, que do próprio Presidente da República".

Condiciona, assim, o Presidente, a efetivação daquele propósito ao tempo e à cooperação. Esta vem sendo integralmente dada, não só pelo Partido revolucionário, mas pela própria Oposição, ambos empenhados na formação do clima adequado a volta do Estado de Direito. O tempo ainda não se exauriu. Cumpre, portanto, aguardar, sem deixar de tudo dar, para que o Presidente possa cumprir o compromisso assumido.

A Nação crê no Presidente. Ele a conquistou "com o inalterável cumprimento do dever". E os que crêem, confiam: os que confiam, esperam; os que esperam, temos certeza, não se decepcionarão. O homem que governa o País tem nítida compreensão de seus deveres. E entre estes se encontra o de conduzir a Nação ao regime democrático, razão de ser da própria Revolução.

Uma lenda indígena conta-nos de uma tribo cujos integrantes eram tão unidos que, quando alguns da tribo se afastavam, cercavam, de noite, o acampamento com um fio e, através dele, sentiam o pulsar do coração de sua gente, escutavam os sons doridos dos seus queixumes, ouviam o som álcere dos seus cantos, pressentiam as suas necessidades e aspirações. O Presidente, apaixonadamente vinculado à terra e à gente rio-grandense, substituiu o fio da lenda, pelo mi-

nuano — o nosso vento — esse vento que "vem de longe, vem do pampa, vem do céu".

Esse vento que, no seu gemido, exprime a vida de sofrimento, de abnegação e de heroísmo dos homens do pampa — outrora sentinelas perdidas da Pátria — revela, no seu ímpeto, o temperamento explosivo da raça, enrijecida pelas suas rajadas, e recorda, no seu sibilar, numa admirável constância, os feitos gloriosos de sua brava, idealista e generosa gente.

Tendo Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, ouvido esse vento, "que nunca lhe mentiu em seu augúrio", terá escutado a voz do povo brasileiro, via do vento do Rio Grande, nascida nas profundezas do coração, dizendo-lhe que poderá repetir as palavras proferidas pelo Sansão do Império, modificando-as, apenas, no tempo dos verbos: "Vim dos fogões gaúchos e entrei na História". (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena, como Líder do MDB.

O SR. ADALBERTO SENA (Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa manifestação como esta não poderia faltar a palavra da Oposição, não apenas porque isso consistiria numa descortesia, não apenas porque esse gesto talvez quebrassem a unanimidade que esta manifestação realmente merece, mas, precisamente porque isso importaria em faltar a um dever de justiça.

É de justiça que nós, os poucos que somos da Oposição, nos associemos aos demais colegas do Senado que tão bem aqui já disseram da personalidade do Presidente Médici. E nos associemos para exaltar na sua pessoa esses dois grandes aspectos em que o homem se desdobra no ser das democracias — a personalidade e o cidadão.

O Presidente Médici — eu aqui o proclamo — é um homem de bem, e um homem sincero, é um homem inteligente e, a seu modo, também, um homem de grande generosidade. Mas, a par dessas qualidades pessoais, S. Ex.^a se tem revelado como um grande cidadão, um grande estadista.

Opomo-nos ao seu Governo porque há realmente um divisor de águas entre nós, entre o Governo e a Oposição. Mas, sempre no divisor de águas há algumas vertentes que nos são comuns, essas vertentes que já têm surgido aqui nas nossas próprias manifestações, quando tratamos de resolver os grandes problemas nacionais. E essas vertentes nos fazem distinguir, mesmo dentro dos erros coletivos do Governo, os acertos daquele

que está à sua frente, como o Presidente Emilio Garrastazu Médici.

Aqui todos falaram pelas suas regiões. A Oposição não goza deste privilégio, porque poucas são as regiões que ela aqui representa. Mas há uma delas, e precisamente aquela a que pertence o humilde orador, que precisa também se aliar na manifestação de justiça e, porque não dizer, de gratidão ao Presidente Médici, que é a Região Amazônica.

Despojo-me, portanto, neste pequeno instante, da minha qualidade de Líder da Oposição e da Minoria, para expressar esse sentimento da minha terra, o Acre, e das outras regiões que integram a Amazônia, para reconhecer, não necessitando mesmo lembrar os trabalhos que ele está realizando, porque sou daqueles que pensam que ainda é cedo para julgá-los bem, pelo menos o grande sentido histórico que ele está dando, vamos dizer, à reconquista da Amazônia, elevando-a do grau de um problema nacional à transcendência de uma questão universal.

Mas não é das realizações do Presidente Médici que desejo aqui falar, porque delas já falaram tão bem os oradores que seria supérfluo e redundante eu ainda me atrever, como membro da Oposição, a repetir e exaltá-las. Não quero falar das realizações do Presidente Médici. Quero falar é do acervo de esperanças que o Presidente Médici, desde as suas primeiras palavras à Nação brasileira, vem infundindo, bem ou mal, em todos os corações brasileiros. É exatamente nesse acervo de esperanças que reside a própria esperança, o próprio desejo, as próprias aspirações da Oposição brasileira.

Bem sabemos que o Presidente Médici, como em geral os presidentes que governam nas condições em que ele está dirigindo o País, tem diante de si travessias difíceis e perigosas dentro dos próprios caminhos democráticos. Nós sabemos disso. Sabemos mesmo o que ele nos prometeu desde a primeira hora, desde o momento em que disse que nós devíamos afastar as pedras não para jogá-las no passado, mas para construir o presente; desde aquela hora, em que ele teve a sinceridade de dizer à Nação Brasileira, e o repetiu por mais de uma vez, que o País está em desenvolvimento, mas o povo ainda está mal.

Desde esta hora em que ele manifestou a sua sinceridade, de maneira eloquente, nós da Oposição não podemos deixar de crer nesta esperança com que ele nos acena: o pleno restabelecimento das garantias democráticas em nosso País. É sobretudo, Sr. Presidente, neste ponto, nesta esperança, nestas palavras suas e nesta disposição, que cremos que ele conserva e há de conservar no seu espírito,

que quero deixar lançado aqui o nosso aplauso a estes dois anos de Governo e, também, aquilo que todos nós esperamos no restante que falta para o término da sua profícua administração. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) (Sem revisão do orador.) — Srs. Senadores, o que ouvimos neste Plenário, a começar do Líder da Maioria, o nobre Senador Filinto Müller, seguido de outros eminentes colegas — e se assinala a palavra do Líder Adalberto Sena — retrata e expressa a íntima colaboração entre os dois Poderes da República.

A ação do Presidente Médici, em dois anos de labor, austero e fecundo, corresponde um trabalho consciente e solidário da Maioria que lhe apóia o Governo, no Congresso, menos por uma aceitação passiva de proposições legislativas — o que seria melancólico — que por uma participação entusiástica e calorosa nas medidas que se sucedem, visando a acelerar o processo de crescimento sem perder o sentido de justiça que corrige a economia, para alcançar o homem e dar-lhe o de que necessita para ser, em todas as regiões, o agente e beneficiário do desenvolvimento.

Dois anos faz desde que, traumatizado e aflito, o Brasil viu tombar um Presidente e um outro foi chamado a cumprir a missão de assegurar a ordem ameaçada, dar continuidade à Revolução, que traz em si o inconformismo com o que negativo seja ou iniquo impeça a harmonia, que essa não sobrevive sem a justiça.

E hoje, sem pompas e sem ostentações, assinalamos dois anos em que os êxitos não se cingem aos meros índices e números por mais auspiciosos — e os são — mas, às transformações qualitativas por que passa o País mobilizado e motivado pela crença na grandeza do seu destino.

Não é uma mística nascida dos passionais apelos com que a demagogia ameniza o sofrimento do povo, nas horas de crise, mas o desabrochar de um sentimento nacional definido e consciente, a apoiar um governo que cria, constrói, inova e aperfeiçoa uma estrutura sócio-econômica capaz de substituir, perante o Mundo, a imagem irreal gerada na desinformação, deformação e deturpação da nova realidade que, com obstinação e sacrifício, estamos fazendo irreversível, para felicidade de todos os brasileiros.

Não me cabe, na oportunidade, enumerar os frutos de uma ação programática. Outros já o fizeram.

Cumpra, todavia, assinalar as mudanças que se processam nas estruturas sociais, enriquecendo de otimismo um povo disposto a contribuir com o seu sacrifício para a construção de

uma sociedade livre e aberta, onde todos tenham oportunidade de servir e afirmar-se.

O Nordeste já não pede de mão estendida nem postula o assistencialismo desvirtuador da presença do Estado, num meio parco e carente de tudo, mas discute problemas, apresenta soluções sérias, dialoga, mobiliza-se para acompanhar o Centro-Sul, desenvolvido e próspero. E quem identificado não esteja, com esse trabalho e essa ação, que busque outras atividades, longe da vida pública que tem definido o objeto de sua luta. (Muito bem!)

A Amazônia, misteriosa tanto quanto esquecida, abre-se, pelas estradas, à ação de todos. Governo e povo das mais diversas regiões, num encontro feliz da natureza com o homem sem medo, disposto a vencer quaisquer desafios.

São as mais diferentes classes que vêm ampliados os horizontes, sob o comando do Estado que dono e senhor não é de tudo, mas, guarda vigilante e justo dos destinos sociais que não se hão de perder nos descaminhos da injustiça.

É a austeridade administrativa ensinando pelo exemplo o caminho da poupança, que, bem dirigida, multiplica os bens e serviços e, com eles, as oportunidades.

É o trabalhador contemplado pelo salário e fundo de garantias e pelo PIS, no produto nacional bruto, sem o jogo de pressões, responsável no passado pelo latente antagonismo entre empregado e empregador, hoje, unidos pelo mesmo interesse de lucro, numa feliz e original construção do nosso espírito criador, a destruir dogmas que tumultuaram a vida dos povos, sob inspiração de equivocados. O determinismo da beligerância entre as classes cede às fórmulas democráticas de entendimento recíproco e de convívio harmonioso entre elas.

A política de clientela, pela qual, erroneamente, fora responsabilizada nossa classe, quando devera ser debitada ao contexto subdesenvolvido, morre, nascendo e florescendo nova concepção da vida pública, voltada para os problemas coletivos.

Vamos quebrando, graças ao Altíssimo, as rotineiras fórmulas a levar-nos, sem apêlo, ao liberalismo que fundou, alheio a tudo, o paraíso do lucro, desconhecendo todos os valores que havemos de preservar ou ao socialismo, que propõe o primado do social, destruindo o homem e alcançando-o no que tem de intangível, o direito de afirmação pessoal.

A social democracia, em nossa terra, ganha expressão através de um sistema eclético, harmonizado com a nossa formação histórica, em que o Estado protege, estimula e promove a

iniciativa particular, demarcando-lhe o limite de atuação, para que a liberdade não seja instrumento negativo a sufocar o fraco, mas condição essencial da ação humana para que possam todos promover o bem-estar social.

Este, o sentido do Governo Médico. Em dois anos sua ação se vem cristalizando na direção a que me refiro, num trabalho coerente que se projeta no campo da administração, construindo uma doutrina que marcará novos rumos ao regime.

A palavra do Presidente do Senado não pode faltar e é de exaltação a um trabalho do qual resultará, dentro em pouco, o desenvolvimento integral do nosso povo.

Que Deus ajude o Brasil e seu Presidente. Um, unido e motivado pela justificada crença no que constrói e o outro — o comandante — desempenhando a mais alta das funções, fiel ao juramento que honra, enobrece, dignifica e eterniza o homem: o juramento de servir o povo. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, subo a esta alta tribuna para fazer um registro.

Desejo, Sr. Presidente, consignar, com o maior respeito e admiração, nos Anais do Senado da República, o nome do querido e benemérito brasileiro, o Professor George Sumner. Filho de pai inglês e mãe brasileira, nasceu no Pará, fez Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, terminando em 1911. Ingressou, em 1915, como professor, na antiga Escola Normal, hoje, Instituto de Educação. Posteriormente, ganhou a cátedra de Física no Colégio Pedro II, tradicional educandário, que vem desde os tempos do Império.

Mais tarde conquistou outra Cadeira — na Escola de Filosofia da UEG — Matemática e Física são as cadeiras prediletas do grande mestre. E tem cultura vasta; examinou vários concursos. Lecionou a mais de 30 mil jovens.

Quantos dos seus ex-alunos são figuras de relêvo neste País, citando como exemplo o Almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque, do STM, o Ministro Júlio Barata.

Nos 50 anos de magistério fez amigos sem conta, pois a característica desse bondoso professor é ajudar, corrigir, auxiliar, em suma: servir.

Por proposta do Instituto dos Professores Públicos e Particulares, sob a presidência da mui digna e admirável mestra, a Exma. Sra. Laudínia Trotta, esposa do Deputado Frederico Trotta,

foi concedida ao Professor Sumner a Medalha de Bons Serviços. Essa medalha é condecoração criada por lei, e concedida a figuras de ilibada autoridade moral, com reais serviços prestados à coletividade. Essa medalha é de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º graus. Ao Professor Sumner foi concedida a Medalha de 4.º grau, ouro e passadeira de platina. Ele foi o orador, em nome dos agraciados do Conselho de Recom-pensa.

Sr. Presidente. Estão felizes, com essa homenagem ao Professor Sumner, não só os seus ex-alunos, os seus colegas, a família paraense, da qual é figura de grande projeção, mas está feliz, também, a família brasileira, que tem um varão nobre, honrado, culto e boníssimo. Ele ao longo, de sua vida (e até hoje, com 82 anos, o faz, embora aposentado), tem pôsto a sua inteligência e o seu coração a serviço da mocidade deste país.

É um benemérito da Pátria. É um cidadão do Brasil, cujo nome honra um povo e uma Nação. Por isso, solidário com aquela homenagem, vou declinar, mais uma vez, com carinho, com ternura, e em nome do povo que represento, com a gratidão desse mesmo povo, o nome de George Sumner. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, último orador inscrito.

O SR. FRANCO MONTORO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cerca de um milhão de trabalhadores dos municípios de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Barão de Paranapiacaba, por seus sindicatos, e com a manifestação de apoio do Juiz Presidente do Fórum Trabalhista, da imprensa e da comunidade local dirigem-se ao Congresso Nacional para denunciar um fato e pedir uma providência.

O fato, lamentável, é uma omissão da lei, que, ao criar a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento na Comarca de Santo André, deixou de criar o respectivo quadro de servidores, sem o qual o funcionamento normal da Junta é impraticável.

A providência que pedem é a criação desse quadro através de nova lei.

Pedem, ainda, a criação de uma nova Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Mauá, que por sua crescente atividade industrial, notadamente após a instalação da Indústria Petroquímica, necessita urgentemente de um órgão próprio de Justiça do Trabalho, que atenderá ainda os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Infelizmente, no caso, a iniciativa e de competência exclusiva do Presi-

dente da República, por força do artigo 57, II da Constituição. E o Projeto 191/68, que criava o quadro de pessoal da Justiça do Trabalho em Santo André, foi inapelavelmente arquivado com o advento da nova Carta Constitucional.

Por essa razão, dirigimos ao Senhor Presidente da República, apelo no sentido de que envie, com urgência, ao Congresso, projeto de lei criando o quadro de servidores, indispensável ao funcionamento daquela junta da Justiça do Trabalho.

Solicitamos, também, as providências do Executivo para o envio ao Congresso de Mensagem, criando a inadiável Junta de Conciliação e Julgamento, de Mauá.

Os trabalhadores do ABC, que tanto contribuem para o desenvolvimento nacional, têm o direito de receber do Governo a atenção e o apoio que pedem, para a efetiva realização da Justiça do Trabalho.

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Esteves — Milton Trindade — Jessé Freire — Milton Cabral — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — João Calmon — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Emival Calado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Encerrada a hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 222, de 1971, de autoria do Senhor Senador Filinto Müller, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Sr. Erick de Carvalho, Presidente da VARIG perante a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 7 de outubro de 1971, sobre o papel da aviação comercial no turismo, tendo

PARECER FAVORAVEL, sob n.º 505, de 1971, da Comissão

— Diretora.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1971 (n.º 286-B/71, na Casa de origem), de autoria do Sr. Presidente da República, que "autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN) a constituir a sociedade por ações Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear — CBTN, e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob n.ºs 514, 515 e 516, de 1971, das Comissões

— de Minas e Energia, favorável;

— de Economia, favorável;

— de Finanças, favorável com a Emenda n.º 1-CF, que oferece.

Em discussão o projeto e a emenda. Se nenhum dos Senhores Senadores quiser fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 62, de 1971

(N.º 286-B/71, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN) a constituir a sociedade por ações Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN), autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia, autorizada a constituir, nos termos desta lei, a sociedade de economia mista Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, que usará a abreviatura CBTN.

§ 1.º — A CBTN terá sede e foro na Capital Federal e poderá estabelecer laboratórios, unidades industriais, escritórios ou outras dependências em qualquer parte do território nacional.

§ 2.º — O prazo de duração da CBTN será indeterminado.

§ 3.º — A CBTN reger-se-á por esta lei, pela legislação aplicável às sociedades anônimas e por seus Estatutos, ficando vinculada ao Ministério das

Minas e Energia, através da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Art. 2.º — A CENEN designará o Representante nos atos constitutivos da sociedade.

§ 1.º — Os atos constitutivos serão precedidos:

I — do arrolamento dos bens, direitos e ações que a CENEN destinar, mediante resolução, à integralização do capital que subscrever;

II — da avaliação, por Comissão de Peritos, designada pela CENEN, dos bens, direitos e ações arrolados;

III — da elaboração, pelo Representante nos atos constitutivos, do projeto dos Estatutos e sua publicação prévia para conhecimento geral.

§ 2.º — Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens, direitos e ações arrolados;

II — aprovação dos Estatutos.

§ 3.º — A constituição da sociedade será aprovada por ato do Ministro das Minas e Energia, e a Ata da respectiva assembléia arquivada, por cópia autêntica, no Registro do Comércio.

Art. 3.º — A CBTN, observado o disposto na Lei n.º 4.118, de 27 de agosto de 1962, e alterações posteriores, terá por objeto:

I — realizar a pesquisa e a lavra de jazidas de minérios nucleares e associados;

II — promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear mediante a realização de pesquisas, estudos e projetos referentes a:

a) tratamento de minérios nucleares e associados, bem como produção de elementos combustíveis e outros materiais de interesse da energia nuclear;

b) instalações de enriquecimento de urânio e de reprocessamento de elementos combustíveis nucleares irradiados;

c) componentes de reatores e outras instalações nucleares;

III — promover a gradual assimilação da tecnologia nuclear pela indústria privada nacional;

IV — construir e operar:

a) instalações de tratamento de minérios nucleares e seus associados;

b) instalações destinadas ao enriquecimento de urânio, ao reprocessamento de elementos combustíveis irradiados, bem como à produção de elementos combustíveis e outros materiais de interesse da indústria nuclear.

V — negociar, nos mercados interno e externo, equipamentos, mate-

riais e serviços de interesse da indústria nuclear;

VI — dar apoio técnico e administrativo à CENEN.

Parágrafo único — A pesquisa de que trata o item I deste artigo será executada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, mediante contrato de prestação de serviços.

Art. 4.º — Para consecução do objeto social, a CBTN poderá:

I — realizar, diretamente ou em cooperação com entidades governamentais e privadas, estudos científicos, tecnológicos, econômicos e jurídicos, pertinentes às suas atividades.

II — promover e apoiar a formação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais necessários às suas atividades.

Parágrafo único — Na colaboração com entidades públicas e privadas, a CBTN poderá fazer ajustes e contratos de prestação de serviços, mediante remuneração ou ressarcimento de despesas.

Art. 5.º — É facultado à CBTN desempenhar suas atividades, diretamente, por convênios com órgãos públicos ou por contratos com especialistas e empresas privadas, observada a Política Nacional de Energia Nuclear.

Art. 6.º — Os Estatutos da CBTN poderão admitir como acionistas:

I — as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive as autarquias;

II — as demais entidades da administração indireta da União, dos Estados e dos Municípios;

III — as pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

Art. 7.º — O capital social autorizado é de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), dividido em 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias e 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.

Art. 8.º — As ações da sociedade serão ordinárias, nominativas, com direito a voto; e preferenciais, nominativas ou ao portador, sempre sem direito a voto e inconvertíveis em ações ordinárias.

§ 1.º — As ações preferenciais serão exclusivamente nominativas até a total integralização do capital subscrito.

§ 2.º — As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3.º — A CNEN manterá sempre 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, das ações com direito a voto, sendo nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência do disposto neste parágrafo, podendo a nulidade ser pleiteada, inclusive, por terceiro, por meio de ação popular.

Art. 9.º — A CNEN subcreverá 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações.

§ 1.º — A integralização do capital referido neste artigo será feita em dinheiro e em bens, direitos e ações arrolados pela CNEN, que fica autorizada a incorporá-los à sociedade.

§ 2.º — Para a integralização em dinheiro fica o Poder Executivo autorizado a transferir à CNEN até Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), sendo a despesa correspondente coberta com os recursos a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 493, de 10 de março de 1969, a eles não se aplicando a restrição contida no caput do referido art. 6.º, *in fine*.

§ 3.º — Se os valores de que tratam os parágrafos precedentes forem inferiores ao capital a ser subscrito pela CNEN, esta os completará, com recursos próprios de que dispuser.

§ 4.º — A forma de integralização do capital subscrito pelos demais acionistas será estabelecida nos Estatutos, obedecido o disposto na Seção VIII da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. 10 — A CBTN será dirigida por uma Diretoria Executiva composta de 1 (um) Presidente e até (seis) Diretores.

§ 1.º — O Presidente será o Presidente da CNEN.

§ 2.º — Os Diretores, sendo um Superintendente, serão eleitos pela Assembleia-Geral de Acionistas.

§ 3.º — É privativo de brasileiros o exercício das funções de membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da sociedade.

§ 4.º — O mandato dos Diretores será de 4 (quatro) anos.

§ 5.º — O Presidente da CNEN poderá optar pela remuneração de Presidente da CBTN, não podendo acumular vencimentos e quaisquer vantagens.

Art. 11 — O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia-Geral, admitida a reeleição.

Art. 12 — O regime jurídico do pessoal da CBTN será o da legislação trabalhista.

Art. 13 — Os militares e os funcionários públicos civis da União e das

entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais poderão servir na CBTN em funções de direção, chefia, assessoramento e de natureza técnica, observada a legislação pertinente a cada caso.

Art. 14 — O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto a balanço, amortização, reservas e dividendos, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e às prescrições da sociedade.

Art. 15 — A União destinará, dos dividendos que lhe couberem na Petroleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), importância equivalente a 0,5% (meio por cento) dos respectivos capitais sociais à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), como contribuição para o desenvolvimento da tecnologia nuclear.

§ 1.º — As parcelas de dividendos a que se refere este artigo serão diretas e anualmente entregues à CNEN, em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir da data de início do pagamento de dividendos aos demais acionistas.

§ 2.º — O disposto neste artigo será observado a partir dos dividendos correspondentes ao exercício social de 1971.

Art. 16 — A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) aplicará o produto dos dividendos de que trata o art. 15 desta lei exclusivamente no desenvolvimento da tecnologia nuclear, em execução indireta, mediante convênio, na forma legal, com a CBTN.

Art. 17 — A CBTN manterá um Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, que será por ela diretamente administrado e ao qual incumbirá executar o convênio a que se refere o artigo anterior.

Art. 18 — Para efeito de tratamento fiscal à importação, as atividades exercidas pela sociedade enquadram-se no disposto no art. 14 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 19 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria irá à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º 1-CF

Dê-se a seguinte redação ao § 2.º do artigo 9.º:

“§ 2.º — Para a integralização em dinheiro fica o Poder Executivo autorizado a transferir à CNEN até Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), sendo a despesa correspondente coberta com os recursos da conta especial de depósitos a que se refere o parágrafo segundo do artigo 61 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, com a redação dada pelo art. 5.º da Lei n.º 5.710, de 7 de outubro de 1971”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 79, de 1971 — DF, que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Departamento de Turismo, Procuradoria-Geral e Gabinete do Governador”, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 517, de 1971, da Comissão — do Distrito Federal.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria volta à Comissão do Distrito Federal, para redação final.

(A matéria aprovada acha-se publicada no DCN (Seção II) de 2-9-71.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 79, de 1971 — DF, que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente à Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”, tendo

PARECER, sob n.º 518, de 1971, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável e contrário às Emendas números 23 e 24.

Discussão do projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

São consideradas rejeitadas as Emendas n.ºs 23 e 24, nos termos do item 3 do art. 144 do Regimento Interno.

A matéria volta à Comissão do Distrito Federal, para redação final.

(A matéria aprovada acha-se publicada no DCN (Seção II) de 2-9-71.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 79, de 1971 — DF, que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente à Secretaria de Serviços Sociais, Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Públicos”, tendo

PARECER, sob n.º 519, de 1971, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável, com emenda que oferece e contrário às Emendas n.ºs 10 a 22.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É considerada aprovada a emenda da Comissão do Distrito Federal e rejeitadas as Emendas n.ºs 10 a 22, nos termos do item 3, do art. 144 do Regimento Interno.

A matéria volta à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

(As partes aprovadas acham-se publicadas no DCN (Seção II) de 2-9-71.)

É a seguinte a emenda considerada aprovada:

EMENDA N.º 1-R

Programa 03 — Assistência e Previdência

Subprograma 04 — Assistência Social

Onde se lê:

SSS 2.022 — Subvenções às Entidades Privadas do Distrito Federal —... 232.000.

Leia-se:

SSS 2.022 — Subvenções às Entidades Privadas do Distrito Federal, conforme discriminação do Adendo B —... 232.000.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Na presente Sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 1971, que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1969.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

De acordo com o disposto no § 1.º do art. 394 do Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à apreciação de partes do Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 65, de 1971 (n.º 342-A/71, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 2.800, de 18 de junho de 1956, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de Químico, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob números 500 e 501, de 1971, das Comissões:

— de Legislação Social; e
— de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 79, de 1971 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente à Secretaria de Finanças, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 520, de 1971, da Comissão:

— do Distrito Federal.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 79, de 1971 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para 1972, na parte referente à Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Administração e Secretaria de Governo, tendo

PARECER, sob n.º 521, de 1971, da Comissão:

— do Distrito Federal, favorável, com duas emendas que oferece e contrário às Emendas números 2 a 9.

4

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que torna obrigatória às empresas que empreguem mais de 100 (cem) operários a construção de casas e vilas para os mesmos, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 485, de 1971, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ERICK DE CARVALHO, PRESIDENTE DA “VARIG”, PERANTE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 7-10-71, SOBRE O PAPEL DA AVIAÇÃO COMERCIAL NO TURISMO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 222/71, DE AUTORIA DO SENADOR FILINTO MÜLLER, APROVADO NA SESSÃO DE 4-11-71.

O PAPEL DA AVIAÇÃO COMERCIAL NO TURISMO

1. Introdução

1.1 — Ex.ªs Srs. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Solano Borges, Presidente da Comissão de Economia e Desenvolvimento, Deputado Valdir Lopes, Srs. Deputados,

demais autoridades presentes, senhores e senhores.

1.2 — Honrados com o convite para comparecer a esta Casa de gloriosas tradições, desejamos inicialmente com ela congratularmo-nos pela oportuna iniciativa de dedicar, neste ano, ao Turismo, a sua Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul.

1.3 — Situados no painel "Infra-estrutura básica de acesso às zonas turísticas do Estado", a nossa exposição seria, conforme idéia da Comissão, "O Papel da Aviação Comercial no Turismo". Todavia, posteriormente e com muita propriedade, já que, em nosso entender, a expressão maior do turismo neste Estado está vinculada ao transporte rodoviário, nos foi facultado falar sobre o turismo de forma mais ampla em relação ao Brasil, em sua conotação com a experiência da VARIG, num sentido mais didático que específico.

2. O Turismo no Rio Grande do Sul

2.1 — Ainda assim, permitimo-nos fazer um ligeiro enfoque do turismo neste Estado, como uma despretenhosa contribuição ao estudo a que se propôs a Comissão de Economia e Desenvolvimento desta Assembléia.

2.2 — Preliminarmente, não hesitamos em afirmar que as perspectivas para o desenvolvimento do turismo neste Estado são as mais favoráveis e promissoras, já que oferecem as seguintes premissas básicas, condicionantes de sua expansão a prazo relativamente curto:

- fácil acesso rodoviário e aéreo;
- existência de atrações turísticas, com riquezas naturais e folclóricas;
- hospitalidade do povo gaúcho;
- clima favorável;
- custo de vida razoável e tendente à estabilização;
- infra-estrutura de hotéis e serviços em constante expansão e melhoria;
- posição geográfica do Estado em relação à área mais desenvolvida do Brasil, na qual com destaque se enquadra;
- sua proximidade e ligações rodoviária e aérea com três países de forte hábito turístico e regional: Argentina, Uruguai e Paraguai.

2.3 — Os seus horizontes mais amplos estarão, a nosso ver, e exatamente por sua posição geográfica, no turismo rodoviário, de caráter nacional e internacional, este, porém, mais regional que de longo curso. Mas, repetimos, nessa gama as suas possibilidades são imensas, sobretudo face à dinâmica de expansão da malha rodoviária pavimentada, tanto de parte

do Governo Federal como do Estadual.

2.4 — No que tange ao transporte aéreo, desempenhará ele, em nossa opinião, dentro de suas devidas proporções, um papel também importante para o desenvolvimento do turismo neste Estado. De um lado, pela sua grande distância dos principais centros geradores de turismo na América do Norte e Europa. De outro, no campo interno, pela utilização de sua rede aeroviária regional e de ligação com todo o território nacional.

2.5 — Não tem a VARIG se descurado das ligações aéreas em seu Estado natal que, aliás, é o único que ainda hoje conta com uma rede aérea regional, no que pese o regime deficitário que a caracteriza.

2.6 — Destaque especial merece o fato de estar essa rede aérea, agora, sendo operada pelas modernas aeronaves turbo-hélice do tipo Avro, em vãos diários, exceto aos domingos. Igualmente, vale assinalar que a capacidade de transporte oferecida semanalmente, em termos de assentos-quilômetros, passou de 224.000, ao tempo do DC-3, para 671.520, ou seja, um aumento de 200%.

2.7 — Ainda visando a estimular o turismo via aérea no Estado, foi intensificado e simplificado o sistema de vendas a crédito e também a promoção de excursões.

2.8 — Finalmente, recente é a iniciativa da VARIG — em busca da maior integração deste Estado — de assegurar a ligação aérea mais direta e econômica com Brasília e o Nordeste, a qual constituirá, ao mesmo tempo, uma nova alavanca para o desenvolvimento do turismo para o Rio Grande do Sul.

3. A Conjuntura Brasileira

3.1 — O turismo, com fortes razões, de há muito está na ordem do dia dos problemas conjunturais do País. Hoje, porém, face à expansão e desenvolvimento da economia nacional, a um ritmo que empolga e motiva a todos os brasileiros e surpreende ao mundo, graças à política econômico-financeira e de desenvolvimento que vem sendo seguida com firmeza e objetividade após a Revolução de 1964, avulta-se o papel do turismo como importante fonte geradora de riqueza e divisas.

3.2 — O Brasil, em todos os seus quadrantes, está com pressa de desenvolvimento e realizações. O seu PIB cresce a uma taxa de cerca de 10%, que talvez venha a situá-lo como o primeiro no concerto geral das nações.

3.3 — Todavia, o turismo — a chamada indústria sem chaminés — está ainda em inequívoco descompasso com esse quadro global. Talvez por isso — e não há porque condenar-se essa

ânsia de acertar o passo — buscam-se, eventualmente, soluções quase miraculosas para um problema complexo que atinge uma faixa muito variada de serviços e atividades.

3.4 — Surge, em consequência, por vezes, um enfoque do problema que situa a sua análise e solução basicamente na comparação dos seguintes pontos com outros países e regiões:

- a) vulto da receita gerada pelo turismo;
- b) nível da tarifa aérea nas ligações internas e internacionais;
- c) nível das diárias de nossos hotéis;
- d) insuficiência da capacidade de hospedagem.

3.5 — Nessa linha de raciocínio e avaliação do problema, é comum, em nosso julgamento, surgirem algumas distorções que pretendemos, a seguir, comentar.

3.6 — A primeira — vulto da receita gerada pelo turismo — é a comparação com o Canadá, México, Espanha, Portugal, Itália e outros países europeus.

3.7 — Cabe, de início, distinguir entre causa e efeito. COMO CAUSA, alinhariamos os seguintes fatores:

- a proximidade dos pólos geradores do turismo;
- o nível da respectiva renda per capita;
- a alta categoria da rede rodoviária e as facilidades de transportes ao alcance do turista;
- a rapidez e segurança das comunicações telefônicas e telegráficas;
- o nível da tarifa aérea em função, sobretudo, da menor distância e da dimensão do mercado;

— os atrativos turísticos proporcionados pela arte, cultura, história e belezas naturais;

- o turismo interno.

COMO EFEITO, situariamos: a criação de uma infra-estrutura hoteleira e de serviços capazes de atender às mais variadas faixas de turistas e usuários.

3.8 — Se tomarmos, isoladamente, cada um desses fatores, e traçarmos um paralelo com o nosso País, fácil será constatar que o México e o Canadá, por exemplo, se beneficiam, pela sua situação fronteiriça com os Estados Unidos — o maior centro gerador de turismo no mundo — de um mercado turístico invulgar, fruto da mais elevada renda per capita mundial, e que gasta, em viagens, US\$ 40 bilhões por ano. Vale mencionar que aquela renda, em relação a 34 milhões de famílias, deverá situar-se, em 1975, acima de US\$ 10.000 por família. Também se beneficiam aqueles

países de um excelente sistema rodoviário e de todos os complementos que lhes credenciam como dos maiores pólos catalisadores de turismo receptivo do globo. O Canadá, por exemplo, usufrui, apenas através do turismo, de uma receita anual da ordem de US\$ 2 bilhões, resultante de 72 milhões de travessias da fronteira, em sua maioria de automóvel, dos quais o Canadá e Estados Unidos dispõem de 100 milhões.

3.9 — Em contraposição, o Brasil (Rio) dista dos Estados Unidos (Nova Iorque e Los Angeles), em termos médios, 9.000 quilômetros por via aérea, o que invalidaria as ligações rodoviárias para fins turísticos ainda que existentes. Por sua vez, as ligações aéreas tornam-se, em função da distância e do volume do mercado, mais caras em números absolutos, embora não o sejam em valores relativos, como a seguir exemplificamos:

QUADRO I

Ligação	Distância	Tarifa (1)	Tarifa/km
	Km	US\$	Cts.
Los Angeles—México	2.501	176.00	3,1
New York—México	3.356	240.00	3,5
em comparação com			
Los Angeles—Rio	10.501	665.00	3,1
New York—Rio	7.748	535.00	3,4

(1) Tarifas de excursão.

3.10 — Se buscássemos condições comparativas em função da distância, sugeriria o condicionamento pela renda per capita, escala de mercado e pela infra-estrutura, ainda incipiente, ao alcance do turista em nossos Pais:

QUADRO II

Pais Gerador	Renda "per capita"	Distância - Km (2)
	US\$	
Venezuela	803	4.532
Argentina	551	1.982
Uruguai	552	1.823
Paraguai	195	1.496
em comparação com		
	US\$	
Estados Unidos	3.578	7.748
Canadá	2.247	8.280
México	511	7.797

(2) Para o Rio.

3.11 — Em termos gerais, as comparações feitas em relação aos Estados Unidos e Canadá seriam válidas para os principais centros europeus exportadores de turismo — Alemanha — Inglaterra — França — Escandinávia etc. — e os países receptores como a França, Espanha e suas ilhas, Portugal e Itália, por exemplo.

3.12 — No tocante ao turismo aéreo de longo curso, é comum a crítica quanto ao elevado nível das tarifas tanto dos Estados Unidos como da Europa, para o Brasil.

3.13 — Inicialmente, cabe desprezar, para a presente análise, o quadro atual no Atlântico Norte, onde se desencadeia uma verdadeira "guerra de foice no escuro" e da qual as empresas sobreviventes sairão num estado de anemia financeira que exigirá alguns anos para a sua recuperação. Mas, não cabe, nesta palestra, nos determos nas origens dessa luta e suas resultantes. Que ela não se alastre ou contamine o Atlântico Sul é o desejo e o empenho de todos nós.

3.14 — Portanto, o estudo comparativo que a seguir faremos, em forma de um gráfico, está calcado numa estrutura tarifária normal, até recentemente adotada no Atlântico Norte (Quadro III, anexo).

3.15 — Esse quadro coloca, acreditamos, a questão tarifária em seus verdadeiros termos. Ademais, na fixação de uma tarifa há também que se levar em conta a escala de mercado. Neste particular, será, sem dúvida, surpreendente a revelação de que o mercado aéreo do Atlântico Sul representa apenas 4% daquele do Atlântico Norte.

3.16 — Há, entretanto, uma outra linha de pensamento com certa frequência expressa e contrária às limitações impostas aos vãos de fretamento dos Estados Unidos e da Europa para o Brasil.

3.17 — Na verdade, o Brasil exerce tão somente um controle necessário, mas não excessivo, de modo a evitar "os graves problemas que hoje afligem o Atlântico Norte, motivados pela inflação de oferta e pela guerra tarifária", como tão bem afirmou, em recente palestra na Escola Superior de Guerra, o ilustre Tenente-Brigadei-

ro Henrique de Castro Neves, Diretor-Geral de Aeronáutica Civil.

3.18 — Vãos de fretamento, comumente chamados "charters", vêm sendo executados pela bandeira brasilei-

ra, diretamente ou em "pool" com outras bandeiras, na medida de sua necessidade comprovada. Nessa linha política foram realizados e estão programados os seguintes fretamentos:

Ano	Fretamentos	Passageiros
1970	31	4.044
1971	36	5.277
1972 (programados)	20	3.100

3.19 — Além desses vãos, outros foram realizados por terceiras bandeiras, através de empresas de ambas as categorias, isto é, comumente identificadas como "regulares" e "não regulares".

3.20 — A execução de vãos de fretamento ou "charters" por bandeiras de terceiros países comporta, contudo, uma indagação quanto ao seu verdadeiro alcance para a economia nacional. Isto porque, via de regra, a parcela do preço pago pelo turista e correspondente aos gastos no Brasil (hospedagem, refeições, passeios, etc) representa apenas 17% do total. Melhor esclarecendo: a decomposição do preço de uma excursão Europa—Brasil por, aproximadamente, US\$ 306.00, recentemente submetida ao exame das autoridades brasileiras por uma empresa estrangeira de fretamento, revelou que, desse total, cerca de US\$ 53.00, iguais a 17%, é que beneficiariam a nossa balança de pagamentos (Quadro IV, anexo).

3.21 — Seria oportuno ressaltar que a VARIG auferiu em 1970, em suas linhas internacionais, uma receita correspondente a US\$ 94 milhões, os quais, se ausente estivesse a bandeira brasileira, teriam sido carregados por empresas de outros países

3.22 — Esse resultado decorre da crescente participação da bandeira brasileira no mercado internacional aéreo, quer de fretes quer de passageiros, a ponto de hoje ocuparmos uma posição de liderança, como demonstra o quadro V, anexo.

3.23 — E, para que assim ocorra, trabalhamos a venda de nosso produto através dos seguintes instrumentos:

— Pesquisa de mercados.

— Continua campanha de publicidade, enfatizando sempre o Brasil como destino.

— Seminários onde são feitas palestras e exibidos audiovisuais do Brasil.

— Folhetos informativos de interesse comercial para viagens de negócio e de promoção turística para as viagens de recreio.

— Permanente contato e cooperação com entidades oficiais de turismo.

— Campanhas de publicidade demonstrando a participação do turismo na economia do País.

— Convenções.

— Publicações periódicas sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

3.24 — A título ilustrativo, transcrevemos o resultado da pesquisa do "Survey Research Center" da Universidade de Michigan, que revela ser o turismo derivado do desejo de satisfazer as seguintes aspirações:

— Conhecer lugares históricos.

— Descobrir como vivem outros povos.

— Visitar amigos ou parentes.

— Conhecer as cidades em que nasceram seus ancestrais.

— Evadir do cotidiano, afastando as preocupações do dia a dia.

— Conhecer lugares famosos que pessoas amigas já visitaram.

— Aproveitar as belezas naturais e as peculiaridades climáticas dos outros países.

4. Conclusão

4.1 — A estratégia global delineada pelo governo brasileiro será capaz, em nossa opinião, de, dentro de dois a três anos, inverter totalmente a atual tendência de crescimento mais rápido do turismo de exportação em relação ao receptivo. Responde, em grande parte, por esse fenômeno, o atual ritmo de progresso de nosso País que assim abre a oportunidade de cada vez maior número de brasileiros ampliar a sua cultura e conhecimentos, proporcionando, igualmente, um importante subproduto: melhor entendimento com outros povos.

4.2 — Basicamente e com real objetividade, essa estratégia se funda na necessidade de primeiramente criar-se uma infra-estrutura e uma consciência turística lastreadas no turismo interno, incentivando, porém, gradativamente, o turismo internacional.

4.3 — As condições mínimas para a mais rápida consecução desse objetivo, já em curso, seriam, em resumo, as seguintes:

— estabilidade política e econômica;

— ampliação e melhoria da rede hoteleira a preços competitivos;

— intensificação das ligações aéreas em compasso com a demanda e de modo a criar uma economia de escala indispensável ao oferecimento de tarifas competitivas, mas também capazes de assegurar ao transportador aéreo bases economicamente sólidas;

— incentivo à formação de mão-de-obra especializada, de preferência bilingüe;

— entrosamento e coordenação dos calendários turísticos dos Estados;

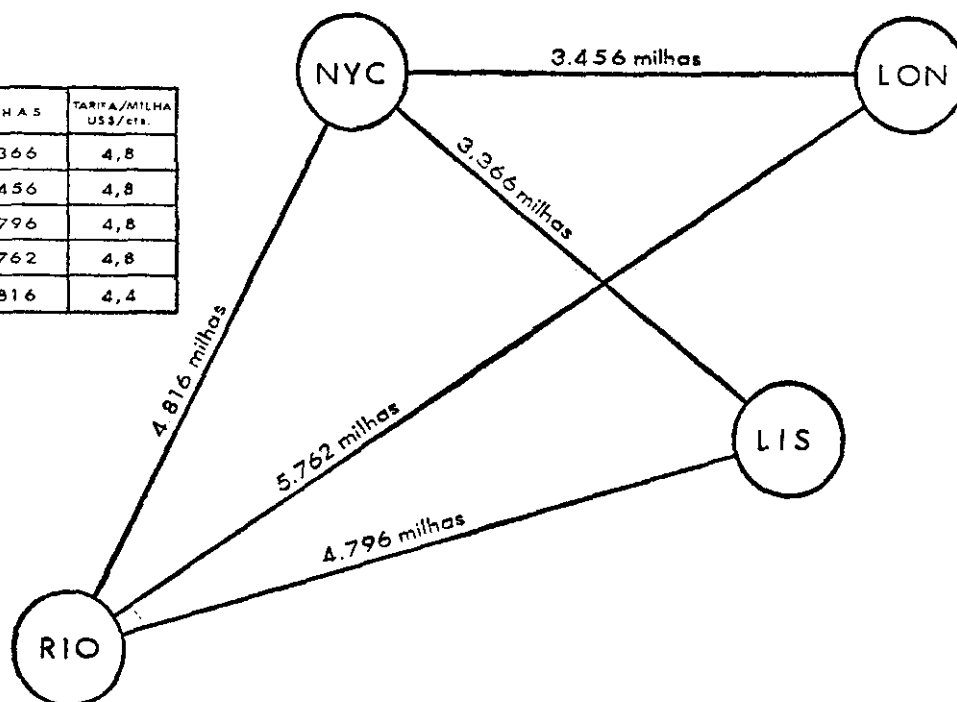
— promoção intensiva do turismo interno e internacional.

Em conclusão, por tudo que está sendo feito pelo governo e pela iniciativa privada, expressamos a nossa confiança de que o Brasil será, dentro de 2 a 3 anos, no que pese a sua distância dos grandes centros geradores de turismo, um dos países líderes daquela indústria que se apresenta no mundo de hoje, isoladamente, como o maior item de intercâmbio econômico mundial.

Muito obrigado.

COMPARATIVOS DE TARIFAS X DISTÂNCIAS

TRECHOS	TARIFA US\$	MILHAS	TARIFA/MILHA US\$/cto.
LIS-NYC	327.00	3.366	4,8
LON-NYC	327.00	3.456	4,8
LIS-RIO	466.70	4.796	4,8
LON-RIO	553.80	5.762	4,8
NYC-RIO	495.00	4.816	4,4



DECOMPOSIÇÃO DA PROPOSTA PARA OPERAÇÃO DE 52 VOOS "CHARTER"

a) TRANSPORTE AÉREO: 10.000 × DM 900 = DM 9.000.000 = US\$ 2.530.000
b) HOSPEDAGEM ETC... 10.000 × DM 190 = DM 1.900.000 = US\$ 530.000
US\$ 3.060.000

17%

83%

INCORPORADO A
ECONOMIA
BRASILEIRA

DESVIO DE EVENTUAL RECEITA DA BANDEIRA BRASILEIRA

US\$ 530.000

US\$ 2.530.000

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

1.º Semestre 1971 Passageiros de e para	Participação da Varig No Mercado	Nas Frequências	Empresas Competidoras Número	Frequência Semanal
Estados Unidos	54%	39%	5	22
Europa	38%	32%	10	28
África do Sul	54%	50%	1	1
Prata	15%	10%	14	61

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

ATA DA 6.^a REUNIÃO, REALIZADA
EM 26 DE OUTUBRO DE 1971

As 15 horas do dia 26 de outubro de 1971, sob a Presidência do Sr. Deputado Aderbal Jurema, presentes os Srs. Senadores Mattos Leão, Ruy Santos, Antônio Carlos, Benedito Ferreira, Helvidio Nunes, Flávio Brito, Amaral Peixoto, Dinarte Mariz, Carvalho Pinto, Saldanha Derzi, Alexandre Costa, Augusto Franco, Wilson Gonçalves, Adalberto Sena e Virgílio Távora e os Srs. Deputados Nasser Almeida, Américo de Souza, Furtado Leite, Gonzaga Vasconcelos, Manoel Rodrigues, Bias Fortes, Manoel de Almeida, Arthur Santos, Ary Alcântara, Renato Azeredo, Aldo Fagundes, Jairo Brum, Dirceu Cardoso, Padre Nobre, Luiz Garcia Bento Gonçalves, Ruy Lino, Wilson Falcão, Manoel Novaes, Pedro Carneiro, Eraldo Lemos, Dyrno Pires, Ivo Braga, Silvio Barros, Leopoldo Peres, Maia Netto, Pires Saboia, Vargas Oliveira, Albino Zeni, Osnelli Martinelli e Oziris Pontes, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores João Cleofas, Tarso Dutra e Benjamin Farah e os Srs. Deputados Vingt Rosado, Álvaro Gaudêncio, José Sampaio, Oswaldo Zanello, Alair Ferreira, Márcio Paes, Baptista Ramos, Monteiro de Barros, Salles Filho, Ary Valadão, Garcia Netto, Henrique Alves, Ney Ferreira, Vinicius Cansanção, Marcelo Medeiros e Eloy Lenzi.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Carvalho Pinto que lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1971, na parte referente ao Texto da Lei e Receita.

O parecer é aprovado pela Comissão.

A seguir, usa da palavra o Sr. Senador Wilson Gonçalves, que lê os seguintes pareceres:

favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974, na parte do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e

favorável ao Projeto de Lei n.º 13, de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972 e contrário à emenda apresentada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

A Comissão aprova os pareceres.

Prosseguindo, o Sr. Deputado Renato Azeredo oferece os pareceres:

favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974 e contrário às emendas apresentadas ao Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras e Saneamento; e

favorável ao Projeto de Lei n.º 13, de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972 e contrário às emendas apresentadas de

n.ºs 1 a 916 ao Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Os pareceres são aprovados pela Comissão aceitando os Srs. Senadores Ruy Santos, Mattos Leão, Antônio Carlos, Helvidio Nunes, Flávio Brito, Dinarte Mariz, Saldanha Derzi e Wilson Gonçalves apenas as conclusões do Deputado Renato Azeredo quanto ao voto proferido no Projeto de Lei n.º 12, de 1971.

Com a palavra, o Sr. Senador Saldanha Derzi emite parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 13, de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972, bem como à Emenda n.º 2.048, com Cr\$ 400.000,00 e dá emenda substitutiva às Emendas n.ºs 941 a 1942 e contrário às demais emendas apresentadas ao Ministério da Saúde.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Em seguida, o Sr. Deputado Dyrno Pires lê parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974 — e contrário às emendas apresentadas ao Ministério dos Transportes — Parte Geral, Superintendência Nacional da Marinha Mercante e Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

A Comissão aprova o parecer.

Prosseguindo, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Antônio Carlos, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos, na parte referente ao Ministério da Fazenda.

Com restrições do Sr. Deputado Silvio Barros, a Comissão aprova o parecer.

Finalmente, o Sr. Deputado Maia Netto lê parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 12, de 1971, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972/1974 — Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Estrada de Ferro e Departamento Nacional de Estrada de Rodagem e às Emendas n.ºs 3, 8, 16, 26, 35, 38, 45, 48, 59, 68. Emite, ainda, parecer favorável à Emenda n.º 79, apresentada no Orçamento Anual que foi transferida para o OPI.

Em discussão, usa da palavra o Sr. Senador Ruy Santos que apresenta destaque para rejeição da Emenda n.º 3.

Em votação é o parecer aprovado, ressalvado o destaque apresentado.

Em votação a Emenda n.º 3 é a mesma aprovada pela maioria dos Deputados componentes da Comissão e rejeitada pelos Srs. Senadores, tendo, na oportunidade, o Sr. Deputado Victor Issler solicitado verificação de votação.

Procedida a verificação, o Sr. Presidente constata falta de número para deliberação no Senado e convoca nova reunião da Comissão, a realizar-se no dia 3 de novembro do corrente ano às 15 horas, no mesmo local.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)
2º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)
1º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)
2º-Secretário:
Clodomir Milet (ARENA — MA)
3º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)

4º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)
1º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)
2º-Suplente:
Benjamin arah (MDB — GB)
3º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)
4º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Lider:
Filinto Müller (ARENA — MT)
Vice-Líderes:
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
José Lindoso (ARENA — AM)
Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Ruy Santos (ARENA — BA)

LIDERANÇA DA MINORIA

Lider:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313
Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.

Local: 11º andar do Anexo

Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.

Local: Anexo — 11º andar.

Telefone: 24-1805 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Calado
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heltor Dias

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Mello
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Catto Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Calado

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Heivídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Heivídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

COMPOSIÇÃO**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Minton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDBAmaral Peixoto Nelson Carneiro
Franco Montoro
Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças. —
Ramais 172 e 173.**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emlvai Calado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accloly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Pelxoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**Paulo Tôrres
Luiz CavalcanteMilton Trindade
Alexandre Costa

Virgílio Távora

Orlando Zancaner

José Gulomard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Pelxoto

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Pelxoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heltor Dias
Jessé FreireMagalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra**MDB**

Amaral Pelxoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes
Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964)	5,00
— junho n.º 2 (1964)	5,00
— setembro n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	5,00
— setembro n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro n.º 8 (1965)	esgotada
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outub./novemb./dezemb. número 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro números 15 e 16 (1967)	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO DE 1969 — 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967

Ministro Alomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967

Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito

Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento da Legalidade das Concessões

Doutor Sebastião B. Affonso

Contrôle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas

Doutor Heitor Luz Filho

DOCUMENTAÇÃO

Suplência

Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA

O Parlamentarismo na República

Sara Ramos de Figueirêdo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO DE 1969 — 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967

Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

Tratamento Jurídico das Revoluções

Doutor Clóvis Ramalheira

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

Dos Recursos em Ações Acidentárias

Doutor Paulo Guimarães de Almeida

PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal

Jesse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração e Economista

PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ilvo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO DE 1969 — 5,00

COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais

Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Contrôlo da Constitucionalidade das Leis

Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada

Professor Roberto Átila Amaral Vieira

DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades

Sara Ramos de Figueirêdo

A Profissão de Jornalista

Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO

DE 1969 — 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades

Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro

Professor Paulino Jacques

Mandatum in Rem Suam

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas

Professor Roberto Rosas

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria.

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

CÓDIGO PENAL

2ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40 com legislação correlata.

Leyla Castello Branco Rangel

ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO DE 1970 — 10,00

HOMENAGEM

Senador Aloysio de Carvalho Filho

COLABORAÇÃO

Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado

Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

A Suprema Corte dos Estados Unidos da América

Professor Geraldo Ataliba

A Eterna Presença de Ruy na Vida Jurídica Brasileira

Professor Otto Gil

X Congresso Internacional de Direito Penal

Professora Armida Bergamini Miotto

A Sentença Normativa e sua Classificação

Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

PROCESSO LEGISLATIVO

DECRETOS-LEIS

Jesse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

Advocacia — Excertos Legislativos

Adolfo Eric de Toledo

CÓDIGOS

Código de Direito do Autor

Rogério Costa Rodrigues

ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia

Senador Josaphat Marinho

Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas

Professor Pinto Ferreira

Poder de Iniciativa das Leis

Professor Roberto Rosas

O Sistema Representativo

Professor Paulo Bonavides

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL MILITAR

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar

Autor: Ivo D'Aquino

II — Exposição de Motivos

Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO

DE 1970 — 10,00

APRESENTAÇÃO

Simpósio de Conferências e Debates Sobre o Novo Código Penal e o Novo Código Penal Militar

Punição da Pirataria Marítima e Aérea

Professor Haroldo Valladão

Visão Panorâmica do Novo Código Penal

Professor Benjamin de Moraes

A Menoridade e o Novo Código Penal

Professor Allyrio Cavallieri

Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal

Professor Rafael Cirigliano Filho

Desporto e Direito Penal

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

O Novo Código Penal Militar

Professor Ivo D'Aquino

Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal

Professor Virgílio Luiz Donnici

A Medicina Legal e o Novo Código Penal

Professor Olímpio Pereira da Silva

Direito Penal do Trabalho

Professor Evaristo de Moraes Filho

O Novo Código Penal e a Execução da Pena

Doutor Nerval Cardoso

Direito Penal Financeiro

Professor Sérgio do Rego Macedo

Os Crimes Contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal

Professor Carlos Henrique de Carvalho Fróes

A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro

Jurista Alcino Pinto Falcão

ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO

DE 1970 — 10,00

ÍNDICE

COLABORAÇÃO

A Administração Indireta no Estado Brasileiro

Professor Paulino Jacques

O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional

Professor José Luiz Anhaia Mello

O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969

Dr. Amâncio José de Souza Netto

Problemas Jurídicos da Poluição do Som

Desembargador Gervásio Leite

O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo

Professora Armida Bergamini Miotto

Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal

Dr. José Guilherme Villela

O Direito não é, está sendo

Doutor R. A. Amaral Vieira

PROCESSO LEGISLATIVO

Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69

Diretoria de Informação Legislativa

PESQUISA

Júri — A Soberania dos Veredictos

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

ARQUIVO HISTÓRICO

Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte

Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 28 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20